

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

# Ditaduras não são eternas

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964, NO ESPÍRITO SANTO

Contextualização e compilação dos depoimentos  
prestados por presos políticos à Comissão Especial  
da Assembléia Legislativa do Espírito Santo,  
referentes ao período 1961-1979

PRESIDENTE DA COMISSÃO DEPUTADO CLAUDIO VEREZA

RELATOR DEPUTADO LELO COIMBRA

ORGANIZAÇÃO

VALTER PIRES PEREIRA

MIGUEL MARVILLA

TEXTOS

ANA GABRECHT

VALTER PIRES PEREIRA

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA



Ilha de Vitória, 2005

## EQUIPE DE PRODUÇÃO

### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

*presidente* Claudio Vereza • *1º secretário* Paulo Foletto • *2º secretário* Robson Vaillant  
*coordenação do projeto* Dilcéa Dias • Ana Cristina Givigi • Marina Filetti • João Barreto

### MESTRADO EM HISTÓRIA / UFES

*pesquisa e texto* Ana Gabrecht • Valter Pires Pereira • Ueber José de Oliveira

### FLOR&CULTURA EDITORES

*editores* Christoph Schneebeli • Miguel Marvilla

*projeto gráfico e capa* Miguel Marvilla

*editoração eletrônica e fotolitos digitais* Hans Matrizes Gráficas

*catalogação* Ana Maria Matos Mariani – CRB 12/ES 425

*impressão* Gráfica Sodré

---

D617

Ditaduras não são eternas : memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo / textos de Ana Gabrecht, Valter Pires Pereira, Ueber José de Oliveira; organização: Valter Pires Pereira, Miguel Marvilla. — Vitória : Flor&Cultura : Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.  
224 p. ; 23 cm.

ISBN 85-88909-26-X

1. Perseguição política – Espírito Santo (Estado), 1964-1985 – Entrevistas. 2. Brasil – Ditadura militar – 1964-1985. 3. Golpe militar de 64. 4. Ideologia – Brasil – Política e governo, 1964-1985. 5. Anistia – Brasil. 6. Guerra fria – América latina – História. 7. Guerra fria – Visão política e social. I. Gabrecht, Ana. II. Pereira, Valter P. III. Oliveira, Ueber J. IV. Marvilla, Miguel. V. Título: Memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo.

CDU: 321.6/.7(815.2)

---

© 2005, Assembléia Legislativa do Espírito Santo

Este livro é uma homenagem da Assembléia Legislativa do Espírito Santo a todos os homens e mulheres que lutaram, sofreram e morreram para que tivéssemos hoje o direito de estar aqui contando a sua história — ou qualquer outra.

OS AUTORES



## S U M Á R I O

<i>Prefácio</i> Nilmário Miranda .....	11
<i>Apresentação</i> Claudio Vereza .....	13
<i>Apresentação</i> Lelo Coimbra .....	15

### PRIMEIRA PARTE

Considerações teóricas .....	17
Significados ideológicos e políticos da Guerra Fria .....	22
Os Estados Unidos despontam como potência hegemônica .....	22
A paranóia anticomunista .....	23
A divisão do mundo em zonas de influência .....	27
América Latina: a doutrina de segurança continental .....	30
Brasil: a paranóia interna e a segurança nacional .....	33
Segundo governo Vargas: o suicídio do golpe liberal (1951-1954) .....	37
Nacional-desenvolvimentismo e conciliação .....	41
O breve e controvertido governo Jânio .....	43
João Goulart: a crise, o agravamento e o golpe de 64 .....	47
As reformas de base e a conspiração .....	50
A ditadura militar (1964-1985): os “anos de chumbo” .....	54
A linha-dura governa a sociedade .....	59
Ernesto Geisel e a lenta redemocratização .....	66
A sociedade vence o arbítrio .....	69

### SEGUNDA PARTE

Péssima memória dos regimes de exceção: torturas para quê? .....	75
--	----

### TERCEIRA PARTE

O significado da anistia .....	99
Tradição de anistia no Brasil .....	102
A resistência vitoriosa da sociedade .....	103
Processo de aprovação da Lei de Anistia .....	106
A questão dos benefícios .....	107
Complementações estaduais .....	109
O esforço de complementação no Espírito Santo .....	110

### ANEXOS

Lei n. 6.683, de 28.08.1979 (Lei da Anistia) .....	113
Excertos dos depoimentos .....	119

REFERÊNCIAS .....	219
-------------------	-----



## *Prefácio* **Contribuição histórica**

NILMÁRIO MIRANDA\*

É muito feliz e oportuna a publicação do livro *Ditaduras não são eternas — memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*, pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Ao reunir depoimentos prestados por ex-presos políticos do período de 1961 a 1979, a obra resgata parte da memória e da história do povo brasileiro; ao elaborar um retrato daquele período da história do Brasil, o livro contribui para que ele seja conhecido e, principalmente, sempre lembrado, para que, assim, não volte a se repetir.

Imposta através da força, a ditadura militar rompeu com a democracia, com a legalidade, com a própria constituição brasileira, implantando um longo processo de repressão, violência, perseguição, tortura e mortes. O povo brasileiro, entretanto, lutou contra a ditadura militar sem tréguas, mostrando sua indignação e repúdio, e, por contrariar a ordem estabelecida, sofreu duras conseqüências. Muitas pessoas foram presas, torturadas, desaparecidas e mortas.

Essa história precisa ser escrita e conhecida. Não basta saber quem iniciou a ditadura militar, quem dela se beneficiou. É necessário conhecer a versão daqueles que tiveram a coragem e a dignidade de se opor aos desmandos dos poderosos da época. Os mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar deram sua coragem, sua juventude e sua vida para que tantos brasileiros hoje possam estar hoje construindo a democracia e a justiça social no Brasil.

Assim o resgate feito através do livro *Ditaduras não são eternas...* abrirá caminhos para novas iniciativas que pesquem e desvendem tantos segredos do passado. Não é justo que prevaleça a versão dos ditadores nem tampouco que o véu do esquecimento

\* Ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

apague os anos de chumbo que vivemos no nosso país por mais de duas décadas. O compromisso com a verdade e com a construção da democracia pressupõe o direito de se conhecer o passado, até mesmo como condição para que se evite a repetição dos erros cometidos.

Hoje uma grande luta se trava entre aqueles que querem um Brasil passado a limpo, sem mentiras e omissões e aqueles que querem que o passado fique no esquecimento. O deputado Claudio Vereza sempre fez parte desta luta. Primeiro, propondo a lei estadual que responsabiliza o Estado capixaba pela morte ou desaparecimento de pessoas que estavam sob o poder de agentes públicos, e determina o pagamento de indenizações aos familiares das vítimas. Depois, assumindo a presidência da Comissão Especial que ouviu os presos e seus familiares, e agora cobra do Estado o pagamento das indenizações devidas.

Nenhum país ou civilização deve esquecer ou ocultar seu passado. Alemanha, Itália e Japão tiveram governos ditatoriais nazistas e fascistas que foram derrotados e hoje esses países conhecem suas histórias recentes e criaram condições para se reerguer e dialogar com dignidade com outras nações. Assim, o trabalho de reunir depoimentos dos que lutaram ou de seus familiares para elaboração deste livro constitui uma importante contribuição para história do Espírito Santo e do nosso país.

O passado sempre nos trará surpresas, por isso jamais deverá ser esquecido, para que nos mostre exemplos que possamos seguir ou evitar.

## *Apresentação* Exemplo para o futuro

CLAUDIO VEREZA\*

A Assembléia Legislativa publica através desta obra o relatório de um de seus mais importantes trabalhos para a história do Espírito Santo. Trata-se do resultado dos depoimentos de muitos ex-presos políticos tomados pela “Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos por Motivos Políticos no Período de 1961 a 1979”, contextualizados e compilados por uma equipe de pesquisadores do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Tive a honra de presidir a Comissão Especial, junto ao relator, o então deputado Lelo Coimbra, hoje vice-governador do Estado e Secretário de Educação. A proposta dessa comissão surgiu de uma demanda apresentada pelos próprios ex-presos políticos ao nosso Gabinete, na medida em que cada um deles vislumbrava o direito de ser reconhecido como partícipe, muitas vezes velado por um duro silêncio, da história de abalo do processo democrático em nosso país.

Assim, aquilo que poderia ter sido esquecido pelos capixabas foi valorizado por um rico, contudo muito triste, processo de relatos de cidadãos e cidadãs, alguns deles já não mais presentes entre nós, que sofreram e sofrem processos físicos e psicológicos graves em razão das sevícias e maus-tratos a que foram submetidos naquele período. Pudemos constatar quantas pessoas foram coagidas nas dependências de órgãos públicos estaduais e/ou agentes públicos estaduais, tendo seus direitos profissionais cerceados por motivos políticos.

Paralelamente, criamos a Lei 5751/98, cujo texto reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo em casos de coação e danos psicológicos causados a pessoas presas legal ou ilegalmente de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tendo estas direito a indenização.

\* Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo

Os depoimentos feitos à Comissão constituem um registro histórico único acerca de perseguições políticas sofridas em nosso Estado, durante o período de grande crise política e violação ao estado de direito, a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros até a exoneração, pelo presidente Ernesto Geisel, do então ministro do Exército, General Sílvio Frota, fato histórico que demarca o início do processo de distensão e abertura política do regime militar.

Contudo, a retomada de princípios e práticas democráticas não pode ser considerada mérito das elites brasileiras (que foram as grandes aliadas do golpe militar de 64) nem tampouco da hierarquia militar. Essas, ao contrário, são responsáveis pelas saídas conservadoras e autoritárias dadas às crises políticas e econômicas no Brasil, gerando um Estado que coíbe, através da tutela, a manifestação dos movimentos populares e a inclusão, por meio de políticas públicas, de diversos públicos diferenciados no interior da população brasileira.

Ainda assim, ao longo da história do Brasil e, em nosso caso, especificamente do Espírito Santo, muitos homens e mulheres resistiram à forma de transição democrática impulsionada por aqueles que queriam dar o formato ao Estado brasileiro, garantindo-lhes os privilégios. Com isso, infelizmente, temos grandes dificuldades de implementar processos de inclusão que gerem políticas públicas mais consistentes e capazes de atender às demandas do povo brasileiro. A esses, que são os atores deste livro, temos tentado fazer o mínimo de justiça, pelo menos ouvindo-lhes e criando leis que lhes garanta alguma forma de indenização.

Tantos morreram, tantos outros ficaram para contar e cantar a história que emergiu como verdade nos fins da década de noventa: a terrível história da ditadura militar no Brasil. Ainda assim, não é possível apagar as muitas outras interpretações, ofuscadas em cantos e rincões, mas também nas capitais brasileiras.

Fazemo,s assim, um pequeno acerto de contas com nossos companheiros e companheiras, capixabas ou não, que foram humilhados em outros tempos para que a história surgisse hoje.

E que este livro, que faz parte das comemorações dos 170 anos da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, esteja nas prateleiras de todas as bibliotecas e seja lido pelo maior número possível de leitores, para que todos reconheçam a grandeza das pessoas que lutaram pela democracia e pela liberdade em nosso país e para que os fatos aqui relatados nunca mais voltem a ocorrer em nossa história.

Nossa honra a esses que não se calaram, nem antes nem hoje. A eles, esta obra é nossa homenagem!

## *Apresentação* **Resgatando a história**

LELO COIMBRA\*

Liberdade – essa palavra  
que o sonho humano alimenta:  
que não há ninguém que explique,  
e ninguém que não entenda!

CECÍLIA MEIRELES  
*O Romanceiro da Inconfidência*

Em maio de 1998, a Assembléia Legislativa instalou a Comissão de Atos Políticos, com o objetivo de investigar as ações praticadas em contrário à liberdade política e cultural dos cidadãos capixabas durante a ditadura militar. Integravam a CPI, os deputados Claudio Vereza, como seu presidente, e o então deputado Magno Malta, como vice-presidente. Tive a honra de ser escolhido relator da iniciativa, a primeira realizada no Espírito Santo, que se dedicou ao resgate da história das vítimas do arbítrio.

Ao longo de sete meses, desenvolvemos os trabalhos da Comissão em contato direto com os personagens de uma história do país que sabemos triste, pesada, mas de cujas lições não podemos prescindir.

Ainda que já tivesse sido o país varrido por uma onda democrática que desejamos irreversível, não foi nada fácil levantar, acompanhar e relatar os mais de oitenta depoimentos de ex-estudantes, líderes e militantes políticos, enfim, dos cidadãos capixabas que foram submetidos ao arbítrio do período ditatorial que se estendeu de 1964 até a redemocratização.

\* Vice-governador do Espírito Santo e Secretário de Educação

O que constatamos foi, mais uma vez, a intensa participação do aparato estatal de então, dos órgãos e agentes públicos que deveriam promover o bem comum e zelar pelos direitos elementares, em atos de supressão da liberdade e atentatórios ao cidadão.

A CPI concluiu os seus trabalhos em 3 de novembro de 1998. Nosso relatório, parte do qual ora chega a público na forma deste livro, indicou a necessidade, inclusive, de indenização daqueles que, comprovadamente, haviam sido prejudicados pela ditadura militar.

O curioso é que o livro vem a público justamente quando o país se volta novamente para aquele período marcante da nossa história recente. A discussão sobre a reabertura dos arquivos da ditadura está na ordem do dia. Sua existência é sinal inequívoco da importância do resgate realizado neste trabalho. O tempo passou, mas a história nos cobra uma posição. Este livro é testemunho vivo de horrores a que foram submetidos os que destemidamente enfrentaram o arbítrio. É lição para lá de necessária em todos os tempos, pois o testemunho de homens e mulheres como esses é matéria-prima da democracia, do respeito aos direitos humanos e à liberdade.

PRIMEIRA PARTE

## Considerações teóricas

O passado é um presente que se dá ao futuro.

José Rocha, *depoimento em 13.5.1998*



## Considerações teóricas

**A**o iniciarmos a organização deste documentário, tivemos o cuidado imediato de eleger um campo de referências identificadas com o cerne das discordâncias políticas que motivaram a iniciativa subversora da ordem constitucional e dos procedimentos democráticos vigentes.

Elegemos um referencial teórico compreensível, consistente e adequado à temática em apreço e que seja capaz de sustentar pedagogicamente o potencial de análise crítica das circunstâncias políticas que se entrecruzaram, tanto lá, em lugares distantes, como aqui, junto a todos nós – os familiares e demais pessoas participantes de um mesmo cotidiano. E tais circunstâncias não foram breves e passageiras: ocorreram por mais de duas décadas, já a partir de 1961.

O desrespeito ao Estado de Direito é uma dessas peculiaridades que se explicam e justificam também com base em paradigmas, em modelos sustentados por concepções que legitimam, por exemplo, os abusos de poder e de autoridade, característicos não só de regimes de exceção mas, sobretudo, de exacerbações de autoritarismo.

Como estamos tratando de uma crise política imediatamente levada ao acirramento em consequência de um golpe de estado, essencialmente motivada por discordâncias relacionadas com ideários políticos, selecionamos, dentre as inúmeras possibilidades, um referencial teórico simples e pertinente, consubstanciado na seguinte assertiva: *a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante*.

Esta premissa fundamenta igualmente a análise das relações no interior da sociedade e a análise das inter-relações entre os Estados. O denominado concerto das nações também é hierarquizado, pois se distinguem os Estados entre ricos e pobres, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, constituindo conjuntos compostos por Estados centrais e periféricos.

A mesma assertiva, aplicada ao denominado concerto das nações fica assim: *a ideologia dominante é a ideologia do Estado dominante*, premissa necessária como instrumento de análise da malha de interações políticas, que ultrapassam as fronteiras do próprio Estado nacional.

Na articulação dessas premissas similares, encontramos o núcleo básico das significações e atitudes que encobrem, dissimulam, disfarçam o verdadeiro caráter das coisas, especialmente quando praticadas por detentores das instâncias de poder, que tudo justificam com o recurso das razões de Estado.

O objeto deste documentário é o golpe de estado de 1964 e o regime militar dele decorrente: exemplo explícito de imposição de um corpo de idéias configuradas na *ideologia da segurança nacional*, isto é, um conjunto de princípios básicos característicos de um sistema filosófico e político que, por ato impositivo, passou a determinar o comportamento da sociedade civil, submetendo de forma draconiana as manifestações políticas e culturais, através da censura e de outras modalidades de castigo e de cerceamento da liberdade.

A doutrina da segurança nacional foi o instrumento ideológico que serviu para ocultar a essência dos fatores contraditórios inerentes às relações econômicas e sociais. A segurança nacional foi elevada como conjunto de valores aparentes mais imediatos que orientariam a caracterização do lado adverso de maneira crítica e negativa. Essa falsificação da realidade, trazida para o primeiro plano, foi o recurso estratégico para ocultar os verdadeiros e dominantes interesses de classe que inspiravam atitudes políticas concretas e proporcionavam orientações para a ação.

A simbologia *segurança nacional* serviu para travestir interesses de classe em vias de transformação, à luz dos apelos reformistas inerentes às reformas de base. Por meio desse artifício ideológico, os interesses mais conservadores e reacionários esconderam-se por trás de um apelo de significado patriótico, para defender as tradições, cujas raízes mais profundas permitiam identificar genealogias políticas regionais como expressão da hegemonia de classe.

A simbologia *segurança nacional* serviu também para configurar o adversário não só como inimigo da pátria – isto é, da pátria representativa dos interesses de classe –, mas também como inimigo das mais valiosas tradições cristãs ocidentais: caracterizar o inimigo como ateu foi o outro apelo dramático, capaz de tocar o âmago das individualidades. E esta razão prática foi publicamente externada por meio de diversas marchas da *Família com Deus...*, integrando a trilogia clássica, *Deus, Pátria, Família*, dístico reconhecidamente representativo do espírito fascista.

A construção do enfrentamento ideológico com base na doutrina da *segurança nacional* reproduzia, no Brasil, o mesmo tipo de enfrentamento que se dava na América Latina, materializando nesta região os embates típicos da Guerra Fria liderada pelos Estados Unidos da América, desde 1946/47, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Na América Latina realizava-se a Guerra Fria sob o espírito da *segurança continental*, expressão da hegemonia estadunidense na periferia regional, comprovando a premissa de que a ideologia dominante é a ideologia do Estado dominante.

Esses pressupostos teóricos orientam a organização deste documentário, o qual se inicia apresentando aspectos abrangentes relativos à Guerra Fria, que ajudam a compreender as circunstâncias marcantes da conjuntura internacional. Em seguida, passa

para a consideração das circunstâncias históricas brasileiras, culminando com a ruptura das relações políticas democráticas, em consequência da subversão da ordem constitucional realizada por meio de golpe militar seguido de implantação de um regime de exceção, entre 1964 e 1985. Trata-se de período caracterizado por uma seqüência de governos militares que, em nome de uma nova ordem auto-institucionalizada, “legitimou” a usurpação do poder, a centralização autoritária, inclusive com recurso a práticas terroristas em nome de razões de Estado, consignadas na Doutrina da Segurança Nacional. No bojo dessas considerações serão feitas referências às circunstâncias regionais, em que o autoritarismo se manifestou por meio de perseguições, prisões e práticas de torturas, até mesmo com o uso de pessoal e equipamento públicos estaduais. Trata-se, enfim, de circunstâncias comprovadas pelos depoimentos prestados à *Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos por Motivos Políticos, entre 1961-1979*, instituída pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo, por iniciativa de um grupo de ex-presos políticos e requerimento apresentado pelo deputado Claudio Vereza.

## SIGNIFICADOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICOS DA GUERRA FRIA

### Os Estados Unidos despontam como potência hegemônica

A ditadura militar que se estabeleceu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 está inserida em um contexto bem mais amplo no tempo e no espaço. Para compreendermos esse fenômeno, precisamos ultrapassar os limites de nosso país e analisar um processo registrado em várias partes do mundo simultaneamente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a humanidade entrou em uma nova e peculiar fase de tensões, conhecida como Guerra Fria. Esse período histórico caracterizou-se pela constante rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, dois países que saíram fortalecidos ao término da Segunda Guerra.

Os Estados Unidos, em especial, estabeleceram-se como líderes de um chamado “bloco capitalista”, constituído de países que adotaram esse sistema econômico. Em contrapartida, a União Soviética liderava um bloco de países ditos socialistas. Cada uma dessas potências considerava-se defensora desses sistemas econômicos, respectivamente. Assim, a rivalidade entre os dois países permaneceu muito mais no campo da batalha ideológica que do confronto direto, exceto em alguns países do chamado “Terceiro Mundo”, que sofreram com intervenções em seus territórios, como aconteceu na Coreia (1950-53) e no Vietnã (1965-75).

A história dos Estados Unidos como potência hegemônica do sistema internacional começa em 1945 (Wallerstein, 2002: 182). Naquele ano, o mundo acabara de sair de uma longa e terrível guerra, em que o campo de batalha foi todo o continente europeu e partes da Ásia. Nas regiões afetadas ocorreram grandes perdas humanas, civis e militares, e também materiais. Em muitos países a base da produção foi totalmente destruída, como na Alemanha. Algumas áreas foram mais afetadas que outras, mas nenhuma escapou incólume. Os Estados Unidos foram a única região de relevância industrial que conservou intactos seus equipamentos e sua infra-estrutura. Diferentemente da Europa e do Japão, não sofreram danos de guerra em seu território. A economia permaneceu intacta e próspera (Skidmore & Smith, 1997: 372). Além de não terem sofrido bombardeio, as fábricas norte-americanas conseguiram aumentar seu nível de eficiência, graças ao planejamento e à mobilização em tempo de guerra.

A destruição do maquinário produtivo dos demais países industrializados, em decorrência da guerra, provocou um enorme vácuo de capacidade produtiva no cenário mundial. Esse espaço foi preenchido pelas indústrias norte-americanas que tiveram a oportunidade de se desenvolver de forma efetiva (Wallerstein, 2002: 183). Para que suas empresas se desenvolvessem ainda mais, gerando lucros crescentes, era preciso uma massa expressiva de consumidores dos produtos fabricados nos Estados Unidos. A Europa Ocidental e o Japão reconstruídos forneceriam a base necessária. Para isso, os Estados Unidos propuseram o Plano Marshall, um projeto maciço de recuperação européia,

lançado em junho de 1947 (Hobsbawm, 1995: 237). O plano visava a reerguer as fábricas e a infra-estrutura destruídas, recriar eficazes sistemas de mercado com moedas estáveis e promover a criação de estruturas, dentro do país “beneficiado”, que evitassem o ressurgimento das barreiras protecionistas, tão características do período entre-guerras (Wallerstein, 2002: 185). Um investimento em países europeus como Inglaterra, França, Itália e Alemanha (Ocidental) poderia ter, e de fato teve, um rápido retorno (Skidmore & Smith, 1997: 375).

Emprestando dinheiro, fornecendo tecnologia, investindo capital, os Estados Unidos pretendiam fazer a economia européia voltar a crescer, assegurando oportunidades de emprego suficientes para apaziguar a crescente insatisfação das populações desses países. Melhorando o padrão de vida, menos gente insatisfeita daria ouvidos às idéias socialistas. Se os Estados Unidos olhavam com tanta preocupação para os problemas do pós-guerra, era porque, aos seus olhos, os países arrasados pela guerra pareciam um campo em ruínas habitado por miseráveis desesperados, propensos à radicalização, extremamente dispostos aos apelos de uma revolução social e de políticas econômicas que não fossem compatíveis com o sistema do livre comércio e investimento pelo qual os Estados Unidos e o mundo seriam salvos (Hobsbawm, 1995: 228).

Para os empresários e governantes norte-americanos, a expansão do socialismo – encarnado na União Soviética – representava uma ameaça que precisava ser combatida a todo custo. Para isso era necessário convocar aliados confiáveis, que aceitassem a orientação política dos Estados Unidos no cenário mundial: os países da Europa Ocidental e o Japão pareciam perfeitos para esse papel (Wallerstein, 2002: 185). A aliança foi formalizada em 1949 sob o nome de Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), ao passo que, com o Japão, foi assinado o Tratado de Defesa EUA-Japão.

### **A paranóia anticomunista**

Assumindo a liderança desses dois grupos, os Estados Unidos estariam preparados para enfrentar a “ameaça vermelha” representada pela União Soviética. No entanto, é possível questionar o quanto de realidade havia nessa pretensa “ameaça soviética”.

A estratégia da ameaça externa aos Estados Unidos tornava-se conveniente para os governos norte-americanos, conscientes de que governavam uma potência mundial. Se a América não estava segura, essa falta de segurança também ameaçava os demais aliados, principalmente os europeus, fragilizados pelo cenário da própria guerra. Os EUA consideravam que não podiam abandonar a responsabilidade de liderar os países “democráticos” contra a “ameaça comunista”, considerada uma ameaça ao próprio capitalismo. Por outro lado, essa liderança lhes permitiria usufruir de todos os benefícios conseqüentes (Hobsbawm, 1995: 232).

Uma das peculiaridades da Guerra Fria foi justamente esta: não havia perigo verdadeiro de uma “conspiração comunista mundial”. Hoje é evidente – e provavelmente na época também o era aos governantes norte-americanos – que a União Soviética não era

expansionista, muito menos agressiva e nem estava interessada num avanço comunista maior do que estava estabelecido em conferências do pós-guerra (Hobsbawm, *id.*: 224).

No entanto, aquele foi um período de grande alarmismo, com toda uma retórica apocalíptica de ambos os lados, especialmente por parte dos Estados Unidos. O clima de terror servia somente para alimentar ainda mais a “espiral da Guerra Fria”. Concretamente, a histeria pública tornava fácil aos governantes norte-americanos conseguir dos cidadãos mais abastados – e também aterrorizados – os recursos necessários para implementar suas políticas.

O anticomunismo era muito popular nos Estados Unidos, um país construído sobre os princípios do individualismo, da propriedade e da iniciativa privadas, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos: o “americanismo” – uma idéia que poderia ser utilizada em clara oposição ao comunismo.

O americanismo acabou se tornando uma espécie de “ideologia nacional”, que já possuía traços de longa data, sendo reforçados no período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950. Esses traços são o individualismo, a crença na iniciativa privada, a defesa das liberdades políticas (individuais), um patriotismo acrítico, a valorização da religião, e a confiança nas autoridades e nas instituições. Whitfield analisa o americanismo como um sistema de crenças que definia os norte-americanos em oposição aos comunistas:

O sistema de crenças que a maioria dos norte-americanos de classe média considerava sua herança – o tradicional compromisso com o individualismo competitivo na vida social, com o acento liberal nos direitos na vida política e com a iniciativa privada na vida econômica – foi adaptado às crises da Guerra Fria. Um patriotismo acrítico, muitas vezes, deu a forma às interpretações do passado (*apud* Rodeghero, 2002: 467).

Esse tipo de visão que os norte-americanos tinham a respeito de si e do seu país foi desafiado – e reforçado – nos anos da Guerra Fria, quando tiveram que se confrontar com o comunismo (Rodeghero, 2002: 467-8). Esse aspecto ideológico é caracterizado por alguns historiadores como uma das principais características da Guerra Fria:

[...] persuadiu milhões de norte-americanos a interpretar seu mundo em termos de insidiosos inimigos em casa e no exterior que os ameaçavam com a aniquilação nuclear e de outras formas. Ver o mundo através destas lentes escuras e distorcidas e estabelecer políticas globais e domésticas para conter estas ameaças ao mesmo tempo imaginárias e reais, foi e é, então, o maior impacto da Guerra Fria (Kuznick & Gilbert *apud* Rodeghero, 2002: 468).

A despeito disso, precisamos ter em mente que o anticomunismo nos Estados Unidos não foi um fenômeno exclusivo da Guerra Fria. Uma primeira grande onda de medo do comunismo atingiu o país no final da década de 1910. Nessa fase, o alvo preferencial eram os trabalhadores imigrantes que vinham da Europa trazendo doutrinas “perigosas”. Somou-se a isso o impacto que a Revolução Russa provocou no Ocidente (Rodeghero,

2002: 469-70). A presença de milhões de imigrantes no país instigava o medo dos norte-americanos. Esse medo foi transportado para o campo político, já que aos estrangeiros faltava o selo de “americanismo” e que uma minoria deles era portadora de doutrinas radicais (Kovel *apud* Rodeghero, 2002: 469). Durante o período entre guerras, a “ameaça vermelha” foi redefinida: agora o perigo era de uma conspiração dirigida por Moscou, que usava as estratégias da infiltração, manipulação e sedução ideológicas.

Mesmo durante a Segunda Guerra, quando a União Soviética era aliada dos Estados Unidos na ofensiva contra as tropas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), muitos norte-americanos – católicos patriotas, protestantes fundamentalistas, socialistas democráticos e muitos sindicalistas – permaneceram firmes em sua hostilidade tanto ao comunismo doméstico quanto ao internacional. Posteriormente, a Guerra Fria aproximou mais o governo federal desse tipo de demanda do eleitorado (Rodeghero, 2002: 470).

A paranóia anticomunista também afetou intensamente o jogo político partidário nos Estados Unidos. Os republicanos acusavam os democratas de tolerância em relação ao comunismo e isso acabou se tornando uma arma na eleição em que Eisenhower substituiu Truman (1952). Os republicanos criticavam a “política de contenção” adotada por Truman, que definia o sentido da ação dos Estados Unidos como o de conter os avanços do campo comunista (Rodeghero, 2002: 470).

A despeito de todos esses antecedentes do anticomunismo, é possível dizer que na década de 1950 a preocupação com a ameaça comunista interna se intensificou nos Estados Unidos. É notório o fenômeno conhecido como “macarthismo” encabeçado pelo senador norte-americano Joseph McCarthy, republicano de Wiconsin que se tornou famoso a partir de 1950, quando se lançou numa cruzada anticomunista sem precedentes em sua proporção, dentro dos Estados Unidos. McCarthy promoveu uma intensa campanha pela depuração dos “subversivos”, que, segundo ele, estavam em todas as instituições da sociedade norte-americana. Aquele foi um dos períodos mais sombrios da história do país, um sinistro e irracional frenesi de caça às bruxas (Hobsbawm, 1995: 232). Na verdade, o macarthismo foi um dos pontos altos de uma cultura política interna que já estava sendo construída, mas que ganhou reforço com o contexto da Guerra Fria e com as disputas partidárias do começo dos anos 50. O macarthismo, então, estava sendo encarado como o ponto alto – e, portanto, mais visível que os demais – de uma cultura na qual o anticomunismo tinha solo para crescer e prosperar (Rodeghero, 2002: 471).

Nessa tentativa frenética de deter o “avanço comunista”, o instrumento militar privilegiado foi a arma atômica. Desde o final dos anos 1940, assiste-se nos Estados Unidos a um forte aumento de atividades relacionadas à fabricação de bombas e aviões que pudessem transportá-las. A Aviação assumiu um papel predominante em relação ao Exército e à Marinha (Maiocchi, 1996: 40). O setor da indústria norte-americana responsável pela produção armamentista estava obtendo lucros exorbitantes, formando assim um poderosíssimo grupo de interesse que era favorável ao rearmamento, após a Segunda Guerra, e a uma política externa agressiva.

Aquele clima de terror citado anteriormente, provavelmente foi criado por esses grupos econômicos, que desejavam obter maiores parcelas das gigantescas verbas estatais destinadas à indústria bélica. A crescente pressão de políticos do Congresso norte-americano ligados a esses grupos por ações que fizessem retroceder a “ameaça comunista” acabou por comprometer Washington em uma estratégia cada vez mais voltada para as armas nucleares. Os Estados Unidos viram-se comprometidos com uma posição agressiva, de mínima flexibilidade tática (Hobsbawm, 1995: 232-3).

Esse alarmismo em torno da “ameaça soviética” era em grande parte injustificado, pois o poderio militar norte-americano nunca foi realmente ameaçado: enquanto a União Soviética testava sua primeira bomba atômica, os Estados Unidos já haviam produzido centenas delas (Maiocchi, 1996: 51).

No entanto, a União Soviética precisa manter um certo equilíbrio de forças diante dos maciços investimentos bélicos norte-americanos. Através da ação da espionagem, os soviéticos puderam ter em mãos os princípios necessários para a fabricação da bomba atômica. Construíram-na e detonaram-na em 1949. O fato de que a União Soviética conhecia os segredos da bomba atômica foi supervalorizado, alimentando ainda mais o alarmismo que impregnava a sociedade norte-americana. Iniciou-se assim uma verdadeira caça ao espião atômico, num clima extremamente tenso.

A guerra da Coreia, o medo da potência nuclear soviética, a convicção de que os russos só haviam conseguido sua bomba graças à espionagem, criaram nos Estados Unidos um sentimento de angústia coletiva, uma grande desconfiança e uma necessidade de punir a qualquer preço os que haviam posto a nação em perigo. Essa atmosfera de suspeita acabou atingindo até mesmo simples simpatizantes das idéias comunistas (Maiocchi, 1996: 46).

A bomba atômica soviética abalou muito a opinião pública norte-americana e serviu para acirrar ainda mais a corrida armamentista. Isso fez com que aumentassem as pesquisas em busca de armas mais destrutivas. O presidente norte-americano Harry Truman havia convocado os melhores cientistas para desenvolverem um instrumento ainda mais letal. Assim, em 1º de março de 1954, foi testada a bomba de hidrogênio, mil vezes mais potente que a de Hiroshima (Maiocchi, 1996: 50).

Em sua ofensiva, os Estados Unidos utilizaram a “estratégia da represália maciça”, que consistia em dissuadir o inimigo de iniciar a agressão, sob pena de um imediato e devastador ataque atômico. Politicamente, essa estratégia foi defendida por John Foster Dulles, secretário de defesa dos Estados Unidos entre 1952 e 1959, que nela fundamentou a política externa norte-americana. Ao aceitá-la, a Europa estaria submetida aos Estados Unidos, pois este era o único país da Otan a deter o controle das armas atômicas e o único que poderia decidir por uma intervenção (Maiocchi, 1996: 54-5). Percebe-se então que o pacto atlântico era baseado em um desequilíbrio de forças entre os aliados e que a sorte de todos dependia da vontade de um só deles.

A intensa corrida pela superioridade bélica faz com que se inicie também uma corrida ao espaço. Em 1957, a notícia de que os soviéticos haviam colocado em órbita o *Sputnik*

– primeiro satélite artificial – abalou ainda mais as relações estratégicas entre Estados Unidos e União Soviética. Esse lançamento tornou evidente aos olhos dos norte-americanos que os soviéticos poderiam utilizar essa tecnologia para construção de foguetes que transportassem bombas nucleares. Assim começava uma nova etapa da corrida armamentista, desta vez em direção aos mísseis (Maiocchi, 1996: 74).

Mas será que toda essa comoção era realmente justificável? A partir do momento em que a União Soviética passou a possuir armas nucleares, as duas superpotências abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. No entanto, a certeza de que nenhuma das duas iria querer apertar o “botão vermelho” tentava os dois lados a usar as ameaças nucleares como instrumento de pressão para fins de negociação. Vimos isso acontecer com a crise do mísseis cubanos,<sup>1</sup> em 1962, que se revelou um exercício de força baseado na confiança de que nenhuma das duas partes queria a guerra. Os mísseis não foram disparados, mas por alguns dias o mundo ficou à beira de uma guerra desnecessária (Hobsbawm, 1995: 227).

Apesar desse incidente, não havia qualquer indício – nem probabilidade – de que a União Soviética queria uma guerra contra o Ocidente. Os roteiros febris de ataque nuclear foram em grande parte – senão na totalidade – criados pelos Estados Unidos. Se a destruição atômica não era uma ameaça real, o fato é que gerações inteiras se criaram sob o medo sombrio de uma batalha nuclear global que, acreditava-se firmemente, poderia estourar a qualquer momento, devastando totalmente a humanidade (Hobsbawm, 1995: 244).

O grande medo da guerra nuclear total foi um dos sinais mais marcantes da Guerra Fria, refletido no cinema, na literatura, na música, etc. O filme de Nicholas Meyer, *The day after*, produzido em 1983, expressa bem as preocupações que faziam parte do imaginário da maioria das pessoas nessa época. Nele, os horrores do pós-guerra nuclear são representados – um cenário apocalíptico que aguçava ainda mais as mentes já aterrorizadas.

Esse medo constante de uma catástrofe nuclear quebrava a tradição da idéia de progresso infinito da humanidade, que era uma das bases do Iluminismo e do Positivismo. O grande crescimento do saber científico estava conduzindo a população mundial não para um futuro luminoso e próspero como se pensava, mas para um futuro de incertezas e temores.

## A divisão do mundo em zonas de influência

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética se reuniram em Yalta, onde ficou acertada a divisão do mundo em áreas de influência.

<sup>1</sup> A União Soviética decidiu colocar mísseis em Cuba em outubro de 1962, para contrabalançar os mísseis norte-americanos já instalados no lado soviético (Hobsbawm, 1995: 227). A crise foi superada com um acordo segundo o qual a URSS retirava seus foguetes de Cuba com a promessa norte-americana de que não invadiria a ilha (Sader, 1985: 21).

Cada parte do mundo ficaria sob o comando de uma das duas potências: uma não deveria interferir na zona de influência da outra. A União Soviética controlava uma parte do globo ou sobre ela exercia predominante influência – a parte correspondente à zona ocupada pelo Exército Vermelho após o término da Segunda Guerra e às regiões emancipadas pelos movimentos de libertação nacional. Os Estados Unidos exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita como de hegemonia soviética (Hobsbawm, 1995: 224).

Na Europa, as tropas soviéticas ocupavam a metade oriental e as norte-americanas ocupavam a metade ocidental. A fronteira era o rio Elba, na Alemanha, que o primeiro-ministro inglês Winston Churchill chamaria de “Cortina de Ferro”, em 1946. Aparentemente o acordo visava a preservar a paz na Europa, permitindo aos Estados Unidos e à União Soviética fazer os acertos políticos necessários em suas zonas de influência.

No entanto, o Acordo de Yalta possuía três cláusulas anexas que merecem ser analisadas. A primeira se referia ao funcionamento da economia internacional. A zona soviética não pediria nem receberia ajuda dos Estados Unidos para sua reconstrução. Isso obrigou esses países a se isolarem e permanecerem quase que auto-suficientes. Aos Estados Unidos não pareceu rentável investir na reconstrução dessas áreas, pois não havia garantias de que se tornariam um expressivo mercado consumidor de seus produtos (Wallerstein, 2002: 186-7).

A curto prazo isso representou grandes lucros para a indústria norte-americana, já que o lado soviético estava concentrando esforços na sua reconstrução. A segunda cláusula de Yalta situa-se no campo ideológico. Ambos os lados estavam autorizados à condenação mútua. John Foster Dulles pregava – com a concordância de Stálin – que a neutralidade era “imoral” (Wallerstein, 2002: 187).

O que se viu tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética foi uma intensa perseguição a todos os elementos que questionavam de alguma forma a ordem vigente, representando dessa maneira, aos olhos dos governantes, grande perigo. A terceira cláusula especificava que, fora da Europa – regiões conhecidas como “Terceiro Mundo”<sup>2</sup> –, não se permitiria fazer objeções aos pontos traçados na Conferência de Yalta.

Esse “acordo de cavalheiros” para manter a estabilidade mundial foi respeitado em várias ocasiões, como por exemplo, nas revoltas anticomunistas na Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968), em que a União Soviética interveio e os Estados Unidos apenas

<sup>2</sup> Tal conceito se baseou no fato de haver dois blocos dominantes. O Primeiro Mundo era formado pelos países do bloco capitalista desenvolvido: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. O Segundo Mundo, composto pelos países do bloco socialista desenvolvido: União Soviética e alguns países da Europa Oriental. O resto era o Terceiro Mundo: países subdesenvolvidos, seja do bloco capitalista seja do socialista. No entanto, essa expressão caiu em desuso na medida em que, a partir da década de 1970, tornou-se evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes (Hobsbawm, 1995: 353) e que cada qual possuía suas especificidades. Conscientes dessa problemática é que usaremos o termo daqui para frente.

protestaram; ou quando da intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, em que a União Soviética não se envolveu.

No entanto, por vezes os acordos de Yalta não foram observados, como no episódio da Revolução Cubana (1959), em que a União Soviética passou a apoiar abertamente o novo governo instituído. Ou quando os Estados Unidos apoiaram os rebeldes anti-soviéticos no Afeganistão (1979).

A terceira cláusula foi a mais difícil de ser respeitada, pois os Estados Unidos não haviam previsto que o Terceiro Mundo iria se tornar tão turbulento (Wallerstein, 2002: 187). Os processos de descolonização no pós-guerra não estavam sendo encaminhados de forma pacífica, afinal, não seria sem resistência que as antigas potências coloniais européias cederiam a independência.

As revoltas no Terceiro Mundo estavam ficando fora de controle: a onerosa operação militar na Coreia, o prolongado combate no Vietnã, a ascensão de Nasser no Egito, a guerra de independência da Argélia e, na América Latina, inúmeras turbulências, que culminariam com a tomada do poder por Fidel Castro, em Cuba (Wallerstein, 2002: 191).

Considerando-se ameaçados em sua hegemonia, os Estados Unidos sentiram-se encorajados a intervir. E assim o fizeram, fosse militarmente ou por intermédio de sanções econômicas – esta segunda estratégia, a principal força norte-americana. Alguns pesquisadores argumentam que a União Soviética desempenhou um papel meramente secundário em todo esse processo, pois os movimentos contestatórios do Terceiro Mundo desafiavam a ordem internacional imposta pelos Estados Unidos, ordem da qual os soviéticos também faziam parte (Wallerstein, *ib.*).

O cenário pós-45 estava marcado por um forte clamor de nacionalismo e antiimperialismo nos países do Terceiro Mundo. Os governos norte-americanos, tão caracterizados pelo combate ao imperialismo europeu, haviam abandonado suas velhas tradições anticoloniais depois que o mundo se dividiu, e claramente começaram a buscar apoio entre os países mais conservadores do Terceiro Mundo – o Iraque, a Turquia, o Irã, o Paquistão, as Filipinas e a Tailândia (Hobsbawm, 1995: 350).

Apesar dessa adesão aos Estados Unidos, alguns países do Terceiro Mundo – os que tinham certa liberdade de ação – queriam evitar o alinhamento a um dos dois lados da polarização, ou seja, desejavam manter-se fora de uma possível Terceira Guerra Mundial (Hobsbawm, *op. cit.*: 350). Esses “não-alinhados” – alguns países da África e da Ásia – reuniram-se em abril de 1955 na Conferência de Bandung (Indonésia) com o propósito de unir os países do “Terceiro Mundo”. A conferência proclamou-se representante dos países não alinhados nem ao bloco soviético nem ao bloco capitalista, mas favoráveis à criação de sociedades igualitárias. A principal preocupação era a de manterem-se neutros no embate entre as duas potências:

[...] os Estados não-comunistas de Bandung não tinham qualquer intenção de envolver-se num confronto global de superpotências, pois, como provaram as guerras da Coreia e do Vietnã, e a crise dos mísseis de Cuba, eles eram a perpétua linha de frente em tal conflito. Quanto mais a

fronteira (européia) entre os dois campos se estabilizasse, mais provável seria, quando os canhões disparassem, que isso se desse em alguma montanha asiática ou matagal africano (Hobsbawm, *ib.*).

Outros temas discutidos foram a luta contra o neocolonialismo e o racismo, a defesa da união dos países e a cooperação internacional visando ao desenvolvimento em conjunto das nações “atrasadas”. Apesar de serem idéias muito interessantes, eram extremamente difíceis de serem aplicadas na prática. A maioria desses países – ou todos – eram fracos demais para se manterem numa posição independente e acabaram tendo de assumir um dos dois lados em conflito.

### **América Latina: a doutrina de segurança continental**

Na América Latina, a adesão ao lado capitalista era quase que a única saída. Devido à proximidade com o “Grande Irmão do Norte”, essa parte do Terceiro Mundo ficou meio que à mercê da influência dos Estados Unidos, dentro do que havia sido estabelecido na Conferência de Yalta. Mas isso não quer dizer que todos os países latino-americanos assim procederam. Apesar de as forças repressivas norte-americanas trabalharem abertamente contra qualquer governo hostil aos seus interesses, nem por isso as forças sociais, políticas e econômicas dos países latino-americanos deixaram de buscar novas soluções para escapar à dominação imperialista. O governo nacionalista peruano de Velasco Alvarado (1968-1975) ou o governo chileno de Salvador Allende (1970-1973) mostram que essas forças buscam outros meios para desenvolver-se (Ianni, 1988: 34).

O caso cubano é digno de nota, por Cuba ter sido um país que ousou emancipar-se de Washington.<sup>3</sup> Assim como os demais países da América Latina, Cuba tem um histórico de dependência colonial e exploração, primeiro do imperialismo europeu e depois do imperialismo norte-americano. Durante a primeira metade do século XX, a influência dos Estados Unidos na pequena ilha foi extremamente notada. De acordo com Sader (1985: 8) foi quase uma anexação política, seja direta, por intermédio de três ocupações militares norte-americanas na ilha, seja indireta, por meio de ditaduras ou governos fantoches, submissos à embaixada dos Estados Unidos em Havana.

Com uma economia centrada basicamente na agroexportação – assim como os demais da América Latina –, Cuba passou a ter quase que toda a sua produção exportada para os Estados Unidos, que passaram a controlar os principais engenhos. Em pouco tempo, a economia cubana estava quase totalmente nas mãos dos grandes empresários norte-americanos, os quais detinham o controle de 90% das minas, 50% das terras, 67% das

<sup>3</sup> Quando nos referimos aqui à emancipação de Cuba em relação aos Estados Unidos não queremos dizer que a ilha seria uma colônia norte-americana nos mesmos moldes das que as antigas potências européias possuíam na América Latina. Referimo-nos à dependência de Cuba em relação aos Estados Unidos em decorrência da Emenda Platt, um texto anexado à constituição cubana, em que era reconhecido o direito norte-americano de controlar a política externa do país, bem como o direito a intervir “para proteger a vida, a liberdade e os bens de seus cidadãos”. Além disso, dava o direito de estabelecer em território cubano, a base militar norte-americana de Guantánamo (Sader, 1985: 7-8).

exportações e 75% das importações (Sader, *ib.*). Além disso, a máfia norte-americana também controlava o jogo, a prostituição e o tráfico de drogas. Até mesmo as praias do mar do Caribe já estavam se tornando propriedade exclusiva dos norte-americanos.

Um desses governos fantoches foi o do ditador Fulgêncio Batista, que, assim como os governos anteriores, foi marcado pela subordinação aos Estados Unidos. O movimento insurrecional encabeçado por Fidel Castro acabou depondo o ditador e tomando o poder, em 1959. Num momento inicial, a luta dos revolucionários cubanos teve um caráter democrático e popular, pois o intuito era acabar com a ditadura e estabelecer um governo em conformidade com os interesses do povo. Mas logo que o novo governo começou a colocar em prática suas reformas de cunho social e essas passaram a se chocar frontalmente com os interesses dos Estados Unidos, o movimento ganhou caráter nacionalista (Sader, 1985: 15).

A reação norte-americana foi logo sentida pelo novo governo, pois as profundas reformas sociais implementadas em Cuba – em especial, a reforma agrária – feriam mortalmente os interesses dos Estados Unidos na ilha. Já no início de 1960, o governo Eisenhower começava a articular a derrubada de Fidel Castro do poder, por intermédio de medidas repressivas, como o treinamento de forças revolucionárias anticastristas (formadas essencialmente por exilados cubanos) e represálias econômicas, como a gradual redução – até a completa supressão – da importação do açúcar cubano (Moura, 1991: 49). Diante das agressões norte-americanas, o governo cubano voltou-se para a União Soviética, inicialmente formando uma parceria econômica (exportação de açúcar e importação de petróleo). Mas, à medida que as necessidades de defesa aumentavam, a União Soviética se encarregavam de abastecer Cuba do armamento para montar sua defesa militar (Sader, 1985: 18). É importante entendermos que a Revolução Cubana não foi uma revolução socialista, pois, de acordo com Sader (1985: 19), “Cuba só assumiu consciente e explicitamente uma opção socialista depois de os enfrentamentos violentos com os Estados Unidos terem chegado a um choque frontal”. Num contexto de Guerra Fria, com o mundo dividido em zonas de influência, a aliança de Cuba com o bloco soviético foi quase a única solução, um “caminho natural de sobrevivência da revolução, bloqueada e agredida pelo sistema capitalista no seu conjunto” (Sader, 1985: 18).

Cuba era perigosa para os Estados Unidos nem tanto por sua opção socialista (que só ocorreu em 1961), e sim porque representava um exemplo para os demais países da América Latina, um exemplo de política externa e interna independente do imperialismo norte-americano (Moura, 1991: 49).

Quando isso ocorre, Washington trabalha abertamente para derrubar o governo hostil aos seus interesses, reeditando a chamada teoria do dominó, ou seja, a suposição de que a instalação de um regime esquerdista em um determinado país contagiaria rapidamente toda a vizinhança e levaria à ascensão de uma série de governos antiamericanos naquela área geográfica (Rossi, 1987: 64). Aos olhos dos Estados Unidos, a mais ligeira insinuação de que algum governo local poderia cair nas mãos dos comunistas praticamente garantia todo seu apoio a golpes de Estado (Hobsbawm, 1995: 342). Isso não ocorria

somente na América Latina, mas em toda a zona de influência norte-americana no Terceiro Mundo.

Nesse contexto, os Estados Unidos adotaram a doutrina da *contra-insurreição*: em aliança com a maioria dos governantes dos países da América Latina, iniciaram e desenvolveram um programa sistemático de militarização do poder político, sob o pretexto de atendimento dos legítimos desejos de modernização das forças de segurança (Ianni, 1988: 31 e 36), ou seja, com a “desculpa” de estarem promovendo melhorias na segurança interna dos países, os Estados Unidos, forneciam armamento, recursos financeiros e conhecimento técnico às forças anti-revolucionárias.

Os norte-americanos nunca esconderam sua tendência à intervenção direta nos pequenos países da América Latina que ousassem sair dos “eixos”<sup>4</sup>. No entanto, eram suficientemente realistas para não mandarem canhoneiras e fuzileiros aos Estados Maiores (Hobsbawm, 1995: 352). Onde não pudessem adotar a política da intervenção direta, os norte-americanos trabalhavam em conjunto com as forças mais reacionárias do país em questão. O Chile é um exemplo disso: em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente pela coligação Unidade Popular, formada pelos partidos Socialista, Comunista e Radical (social-democrata) e mais três grupos de esquerda (Rossi, 1987: 43). Isso era inadmissível aos olhos dos Estados Unidos, que acabaram por financiar uma conspiração contra o governo de Allende,<sup>5</sup> culminando em seu assassinato, durante o golpe militar encabeçado pelo general Pinochet (1973). No Brasil, esse tipo de política norte-americana também foi aplicado – como veremos mais adiante.

O fluxo de recursos que os Estados Unidos destinaram para combater a subversão na América Latina era bastante considerável, seja a ajuda econômica aos regimes militares submissos a Washington ou o fornecimento do conhecimento necessário para luta contra-insurrecional. Parte desses conhecimentos já tinham sido desenvolvidos nas matas do Vietnã e foram transferidos para as forças de repressão na América Latina. Os métodos modernos de interrogatório policial foram deslizando para prática de tortura de presos políticos, ao mesmo tempo que se produziam justificativas dessa prática (Moura, 1991: 58).

Durante as ditaduras militares latino-americanas, instalou-se no poder uma máquina oficial de matar, prender, torturar, fazer desaparecer dissidentes de qualquer origem política – muitos até sem filiação política. Os dados são aterradores: o Uruguai chegou a ter seis mil presos políticos para uma população de apenas três milhões de habitantes, aproximadamente (o pior índice da América Latina).

Na Argentina, estimam-se 8.964 casos de pessoas desaparecidas (pessoas que foram seqüestradas pelas forças de segurança e nunca mais apareceram), mas grupos de direitos

<sup>4</sup> Como fizeram na Guatemala com a derrubada do governo de Jacobo Arbenz Guzmán (1951-54), eleito com uma plataforma reformista e com o intuito de adotar uma política externa independente. Suas reformas atingiram em cheio os interesses das empresas norte-americanas instaladas no país. A reação de Washington foi a intervenção militar direta (Moura, 1991: 45).

<sup>5</sup> Rossi (1987: 58) nos informa a quantia de oito milhões de dólares canalizados diretamente para os grupos que se opunham à Unidade Popular.

humanos calculam um número muito maior. O fato é que, por medo, inúmeras famílias deixaram de apresentar queixa antes ou depois do encerramento do ciclo militar (Rossi, 1987: 24-5).

### **Brasil: a paranóia interna e a segurança nacional**

No ensaio “Balanço e perspectivas” (1906), Leon Trotsky fez a análise do chamado “Ensaio Geral”, na Rússia czarista, e destacou a importância dos fatores externos como deflagradores de determinados processos políticos e sociais num dado país. No caso russo, como se sabe, fora a guerra do Japão a responsável pela primeira grande tentativa revolucionária contra a autocracia dos Romanov.

Influências semelhantes também ocorreram em diversos episódios marcantes da história do Brasil, desde a organização do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, passando pelo golpe de estado que instituiu o Estado Novo, em 1937, e prosseguindo na aplicação da doutrina Truman, cujas exigências de alinhamento implicavam passar para a ilegalidade o Partido Comunista e, em consequência, criminalizar seus adeptos como inimigos, no contexto da Guerra Fria. Estas foram as mesmas circunstâncias que tornaram mais agudas a falta de tolerância ideológica e política, que culminaram com o golpe militar de 1964.

Para compreendermos o processo de instauração do regime militar no Brasil, em 1964, e suas complexidades, é fundamental recuarmos no tempo e indagarmos sobre as circunstâncias que o precederam, isto é, os aspectos das conjunturas nacional e internacional favoráveis ao golpe de estado, e que fornecem os pressupostos elementares que servirão como instrumentos justificadores do movimento político responsável pela instalação do regime militar, que se caracterizará como uma das fases mais dramáticas da nossa história.

O Brasil é uma parte dessa complexidade global, marcada pela Guerra Fria, e nela se insere como país latino-americano e também como país do Terceiro Mundo. É com esta dupla caracterização que devemos considerar nossa inserção no complexo de disputas do pós-Guerra, que Eric Hobsbawm classifica como uma Terceira Guerra Mundial,<sup>6</sup> mesmo que peculiar, na qual EUA e URSS, irão disputar áreas de influência baseando-se nas suas respectivas capacidades bélico-nucleares.

Em decorrência dessas disputas geopolíticas e, conseqüentemente, do iminente perigo de guerra, este conflito foi marcado por um clima de constante tensão, evidenciada nos ataques mútuos entre as duas potências, nos quais os norte-americanos difundiram a idéia de que supostamente estariam à frente de uma “cruzada contra o Império do Mal”, referindo-se, claro, aos comunistas.

<sup>6</sup> “[...] pois ela foi marcada pelo fato de não existir perigo iminente de guerra mundial [...] Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida (Hobsbawm, 2004: 224)”.

Entretanto, o anticomunismo não surgiu na situação posterior à Segunda Guerra Mundial. Ele existiu desde que o socialismo se apresentou como fundamento teórico de organizações políticas ligadas à classe operária e aos trabalhadores em geral. Aprofundou-se com a revolução de outubro na Rússia e com o estabelecimento ali do regime soviético (Sodré, 1984: 19). Por esta razão ganhou uma dimensão extraordinária durante a Guerra Fria.

No caso do Brasil, essa hostilidade ideológica já se manifesta na década de 1930, quando o capitão Olimpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da AIB (Ação Integralista Brasileira), simulou um plano de ação comunista, que ficou conhecido como “Plano Cohen”<sup>7</sup>. Com base nessa farsa, o general Eurico Dutra e o ministro da Justiça Francisco Campos, explícito defensor da ditadura como regime político apropriado para a sociedade de massas, consideraram a “ameaça comunista” como justificativa para a instauração da ditadura do Estado Novo. Interessante é que esses três personagens estarão juntos novamente, no golpe militar de 1964...

Apesar dessas tramas ideológicas e políticas, foi no governo de Getúlio Vargas que começou a assumir contornos definidos, no Brasil, o fenômeno do populismo<sup>8</sup>, marcando um momento de transição quanto ao “declínio das oligarquias, no qual cessou a existência de um elemento intermediário entre povo e governo, passando este a tratar diretamente com aquele” (Lopes, 1980: 65-66). Nesse período, o governo se aproximara das massas, fazendo-lhe concessões, como leis trabalhistas e “defendendo” os interesses nacionais, com o objetivo de usá-las como base de sustentação.

Outro fator externo foi fundamental para o declínio do chamado Estado Novo. A Segunda Guerra Mundial encerrou-se em 1945, com a rendição incondicional do Japão, após os norte-americanos lançarem as bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki. A participação do Brasil no conflito criou uma situação insólita na sua política interna: o mundo uniu-se contra o “mal maior”, o nazifascismo, enquanto o Brasil mantinha uma ditadura inspirada nesses regimes. O desgaste era inevitável, pois a conjuntura era contrária a regimes autoritários.

Foi nessas circunstâncias que, em 1943, circulou clandestinamente o “Manifesto dos Mineiros”, documento redigido por intelectuais que reclamavam contra a falta de liberdade no país e pedia o fim da ditadura estadonovista e a redemocratização.

Pressionado por todos os lados, Getúlio Vargas tomou algumas medidas para acalmar seus opositores: em abril de 1945, decretou anistia aos presos políticos e, em maio, convocou para o final do ano eleições para presidente e para representantes da Assembléia Constituinte. Nesse mesmo decreto, autorizava-se a formação de agremiações partidárias.

<sup>7</sup> Segundo o Plano Cohen (que nunca existiu), forjado pelo então capitão Olimpio de Mourão Filho, os comunistas preparavam um banho de sangue, matariam personalidades políticas e incendiariam igrejas. Com base nesta farsa ocorreram prisões, torturas e mortes a pretexto de se combater o comunismo ateu.

<sup>8</sup> O conceito de populismo aqui utilizado é o mesmo de Jacob Gorender, no livro *Combate nas trevas*, que não o reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto: “O populismo se define pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários” (Gorender, 1987: 16).

Esse abrandamento do regime estadonovista foi fundamental para a permanência do *getulismo* no período vindouro, pois ocorreram várias mudanças de estratégia operada nos últimos anos do Estado Novo. Percebendo o novo quadro nacional e internacional, ocasionado pela vitória dos aliados na guerra, Getúlio iniciou um processo de reorientação política, que passava por alterações práticas de governo e de imagem (Motta, 1999: 82).

O foco desse “novo” Vargas foi o esforço sistemático de organizar uma legislação, que culminou com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943). Tais iniciativas resultaram na cristalização da imagem de Getúlio como “pai dos pobres”. Essa nova estratégia possibilitou também o lançamento do “queremismo”, campanha voltada para a permanência de Getúlio no cargo, que teve adesão, inclusive, de supostos inimigos políticos, como Luiz Carlos Prestes, que ficou preso por cerca de dez anos, durante o regime estadonovista, e que teve a sua mulher, Olga Benário, enviada aos campos de concentração, na Alemanha hitlerista, onde foi exterminada.

Apesar desse movimento, um golpe militar<sup>9</sup> derrubou-o em outubro de 1945, dois meses antes das eleições que haviam sido convocadas (Motta, 1999: 86).

Vargas também desempenhou papel de destaque no período seguinte. Deixou sua marca sobre os dois principais partidos políticos que se configuraram em 1945, o PSD e o PTB, formados, respectivamente, por ex-interventores nos Estados e sindicalistas fiéis a Getúlio, que dominaram o cenário político até 1964.

O outro importante partido do período, a UDN, tinha como principal bandeira o antigetulismo. Portanto, mesmo caindo no ostracismo após 45, Getúlio permaneceu como figura central, servindo como elemento polarizador das disputas políticas do período democrático [1945 e 1964] (Motta, 1999: 87).

Simultaneamente, o anticomunismo multiplicou e aprofundou seus postulados. Referenciando-se na Guerra Fria, assumiu o centro da gravidade das ações políticas, a partir do momento em que a União Soviética não só sobreviveu à guerra contra ela empreendida pelo nazifascismo, mas emergiu, ao fim, como pólo de um novo sistema de forças.

Para a área capitalista do mundo, comandada pelos Estados Unidos, que haviam mantido o seu território imune aos efeitos do conflito armado e desenvolvido extraordinariamente a sua economia, à base dos fornecimentos aos seus aliados, tratava-se de impedir a todo custo que o socialismo se alastrasse, estimulado pelo que a vitória soviética representava. Com o advento da Guerra Fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia de Segurança Nacional.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> É importante observar que a presença dos militares no âmbito da política interna, a partir da Guerra do Paraguai e, principalmente, no período estudado, passou a ser uma constante.

<sup>10</sup> Margaret Crahan, citada por Maria Helena Moreira Alves, identificou as origens de segurança nacional na América Latina já no século XIX, no Brasil, e no início do século XX, na Argentina e no Chile. Elas vinculam-se então a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento social católico, expressas por organizações como a *Opus Dei*, e a *Action Française*.

O anticomunismo forneceu os pressupostos elementares a essa doutrina: o mundo estava dividido em duas partes, em dois hemisférios inconciliáveis. O ocidental, “democrático”, “cristão”, “livre”, e o oriental, socialista, a que se atribuíam variados malefícios: o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a “violência”, a “violação dos princípios humanos”, a “agressão”, a “catástrofe”, uma espécie de “inferno bíblico”.<sup>11</sup> Como os dois hemisférios haviam atingido altíssimo nível de antagonismo, não havia possibilidade de conciliação. Conseqüentemente, a guerra era inevitável e, nela, não havia lugar para neutros ou para posições não alinhadas, os países situados no ocidente estavam obrigados a acompanhar a liderança norte-americana. Qualquer dúvida significava uma traição à pátria, à religião e à família.<sup>12</sup> (Sodré, 1984: 28).

A Guerra Fria gerou uma nova fase da doutrina militar brasileira. Essa nova doutrina estabelece que o perigo não está no exterior; ele é permanente e está no interior. Não são estrangeiros, mas nacionais, brasileiros, os que são tratados como inimigos nessa doutrina.

A ameaça interna e comunista referida anteriormente será uma retórica constante a partir de então. E se mostrará forte também no governo Dutra (1946-1950). Eleito pela coligação PSD/PTB, com o importante apoio de Getúlio, sua administração se caracterizou pelo liberalismo, se analisada do ponto de vista econômico, e pelo conservadorismo, no plano da política interna. A força apresentada pelo partido comunista<sup>13</sup> nas eleições de 1945 incomodava as elites. Dutra, representando-as, tratou logo de implementar algumas medidas no sentido de barrar esse avanço, como nos mostra Motta (1999: 92-93):

Um decreto-lei editado em maio de 1946, pelo presidente Dutra e o próprio texto da nova Carta Magna forneceram a base legal para o cancelamento do registro do PCB. Determinava a lei a supressão de partidos cujos programas contrariassem os princípios democráticos, bem como daqueles que recebessem do exterior recursos financeiros, orientação ideológica ou qualquer outra forma de auxílio. O artigo 141 da constituição igualmente proibia o funcionamento de partidos que contrariassem os fundamentos do regime democrático. Apesar de não se terem reunido provas suficientes de que o Partido Comunista incorria nas transgressões mencionadas, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a cassação de seu registro, em maio de 1947 [...].

Meses depois, cassaram os mandatos dos parlamentares democraticamente eleitos pelo Partido Comunista. Essa onda repressora se deu também nos movimentos sindicais: cerca de 150 sindicatos sofreram intervenção do governo.

Foi instaurado um clima de “terror”, no qual era preciso combater com “unhas e dentes” a ameaça “comunizante”, que rondava a América. Essa medida se deu dentro do contexto do alinhamento do país ao Bloco anti-soviético através da assinatura do Tratado

<sup>11</sup> A Guerra Fria se caracterizou também como um conflito ideológico.

<sup>12</sup> Nesse contexto e sentido não fica difícil entender o que representaram as medidas de não-alinhamento de Jânio, que veremos adiante.

<sup>13</sup> Importante ressaltar que o PCB foi posto na legalidade após o Estado Novo e a partir da entrada em vigor da constituição de 1945.

Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), seguindo uma conjuntura em que as nações tinham que se alinhar em um dos lados do mundo bipolar. Nesse sentido, qualquer movimento, por mais inofensivo que fosse, ou até uma simples aproximação em relação às massas (como é o caso dos governos populistas), era interpretado como uma tentativa de contestação à ordem e por uma questão de “segurança nacional”, que deveria ser, portanto, duramente combatido.

### Segundo governo Vargas: o suicídio do golpe liberal (1951-1954)

O segundo período de governo de Getúlio Vargas é, segundo Francisco Iglesias, o mais curioso de sua carreira: “[...] Se adota a causa populista, cautelosamente mantém a burguesia, que tão bem representa e sempre defendeu, em jogo habilidoso [...]” (Iglesias, 1993: 263).

Getúlio articulou um ministério com diversas tendências políticas, fato irrelevante no caso, como sugere o próprio Iglesias (1993), pois sua personalidade se sobrepunha a tudo. Seu governo será marcado por muitas dificuldades, pois enfrentará uma forte e incansável oposição da imprensa, especialmente do destemido jornalista Carlos Lacerda<sup>14</sup>, bem como da oposição política, ainda que minoritária.

Vargas será constantemente acusado de estimular atividades populares perigosas em virtude de sua aproximação com os sindicatos.<sup>15</sup> Nessa frente de oposição, o Partido Comunista (na ilegalidade) também se fez presente, porém com certa discrição, pois não pode apoiar nem adotar posição de hostilidade, já que está consciente da existência de grande apoio das massas a Getúlio. A mais considerável oposição era, sem sombra de dúvida, dos udenistas, contando com o apoio do empresariado cosmopolita ligado ao capital estrangeiro.

No aspecto econômico, Vargas adotou uma linha nacionalista. Criou, em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que teria funções de orientar o governo quanto às questões econômicas, no sentido de sugerir, projetar, corrigir os desvios e apontar os desequilíbrios. Porém a mais polêmica e importante realização foi a criação da Petrobrás, votada pelo Congresso Nacional em 1953, com o monopólio estatal do petróleo. Curiosamente este foi resultado de uma emenda proposta pela UDN, que, segundo Iglesias, pode ser visto como uma maneira de atingir o governo:

[...] Alguém poderia ver na proposta mais uma demonstração de antivarguismo pois o partido era opositor com intransigência: como o projeto governamental não estabelecia o monopólio, pedido pela campanha popular em que se destacavam militares, estudantes e sindicatos, a proposta do monopólio atingia mais uma vez as intenções oficiais. Sinceramente ou pelo simples desejo de criar dificuldade, o partido assumia posição nacionalista quase radical, contrária à sua linha de liberalismo avesso à ação decidida do Estado [...] (Iglesias, 1993: 265).

<sup>14</sup> Registre-se que Carlos Lacerda terá participação direta no golpe de 64.

<sup>15</sup> Observe-se a presença do discurso que servirá como justificativa para o golpe de 64, a idéia de “inimigo interno”. Acusação parecida se dará contra o presidente João Goulart.

Essas medidas implementadas por Getúlio desagradavam às elites conservadoras comprometidas com o grande capital. Criar-se-á, nesse ínterim, um clima de tensão, estimulado ainda mais por Carlos Lacerda, que, por intermédio de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigiu uma campanha de ferozes ataques pessoais contra o presidente, segundo a qual Vargas era caracterizado como “o patriarca do roubo e o gerente geral da corrupção no Brasil”. Segundo Iglesias,

[...] Desde os primeiros dias [*de governo*] era acusado de pretender continuar a instaurar um regime de exceção. Articular-se-á, nesse sentido, sua derrubada, ou seja um golpe antes que ele desse outro golpe. Essa atitude de desconfiança gerou uma luta constante contra o governo. Posições extremadas impossibilitam o diálogo. Há denúncias de escândalos, favorecimento de empresas jornalísticas, acusações de corrupção e subversão [...] (Iglesias, 1993:266).

Esse empenho de Vargas com a causa nacionalista e com a implantação de grandes empresas públicas contribuirá para que sua segunda gestão transcorra em permanente crise.

Dificuldades de toda ordem, advindas de diferentes focos de resistência ao governo – dos militares, de uma direita cada vez mais vinculada à opinião pública, dos interesses estrangeiros exacerbados pela Guerra Fria – tornavam inviáveis as possibilidades de implementação de tais medidas (Camargo, 2004: 152).

A crise chega ao auge quando ocorre o famigerado “atentado da Rua Toneleros” contra o jornalista Carlos Lacerda, que recebeu um tiro no pé, e que também resultou na morte do seu segurança pessoal, o major da Aeronáutica Rubens Vaz. As investigações da polícia levaram ao assassino: era Climério de Almeida, diretamente ligado a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas. A partir disso, tudo levava a crer que o crime havia sido tramado no Catete.

Esse fato criou uma situação política insustentável para Vargas. Os parlamentares pediam sua renúncia, civis e militares realizaram manifestações pedindo sua saída e seus aliados guardavam o completo silêncio.

Isolado, Getúlio Vargas reúne seu ministério no dia 23 de agosto de 1954, para buscar uma possível solução. Fica decidido que a melhor saída para a crise seria uma licença do presidente. Seu ministério, porém, é surpreendido na madrugada do dia seguinte, com o suicídio de Vargas. Ao lado de seu corpo estava a que ficou conhecida como “carta-testamento”, dirigida ao povo brasileiro, que causará uma grande reviravolta no quadro político. Na carta, Getúlio fez terrível denúncia do imperialismo e de suas alianças internas, em tom patético.

Muito divulgada na época, causou grande comoção e indignação na população brasileira. Segundo explicita Iglesias (1993):

[...] Vargas agia de modo programado. Não podia imaginar nada de mais impacto. Morto, tornava-se mais presente que vivo. Toda a política da segunda metade da década e da seguinte estaria em parte em função da carta-testamento. Até hoje ainda repercute. Temeu-se uma convulsão social, mas que não se verificou [...] (Iglesias, 1993: 267).

O suicídio de Vargas, sem dúvida o maior golpe de sua brilhante carreira política, pois imobilizou os adversários e eternizou o seu mito,<sup>16</sup> foi seguido por uma grave crise política e social, uma vez que a sociedade responsabilizou a UDN, a oposição e os norte-americanos pelo suicídio.

Os jornais da oposição e a Embaixada dos Estados Unidos foram atacados por populares e o jornalista Carlos Lacerda teve que ficar sob proteção da Aeronáutica até rumar para a Europa. Nos dezesseis meses seguintes, até a posse de Juscelino Kubitschek, três presidentes passariam pelo governo: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

É importante notar o relevante papel desempenhado pela UDN, nesta e em outras tentativas de golpe que analisaremos mais adiante. O seu discurso é visto como conservador, reacionário ou de direita, embora empregasse sistematicamente a estrutura do discurso liberal (Maranhão, 2004: 278).

Os udenistas combatiam de forma extremamente violenta as articulações políticas muito praticadas na época, principalmente a quase invencível aliança PSD/PTB. Isso se deve ao fato de ser um grupo tradicionalmente perdedor e visto com muita hostilidade pela opinião pública daquele momento.

Suas práticas sempre apontavam no sentido de um *golpismo*, que substituísse o sistema eleitoral vigente por uma espécie de ditadura “regeneradora”<sup>17</sup>, que seria seguida pela implantação de uma verdadeira democracia, desprovida dos vícios, clientelismos ou empreguismos existentes naquela conjuntura. Esse era o discurso do mais popular dos udenistas, Carlos Lacerda.

A idéia de *golpismo*, associada a um constante combate a uma fantasiosa “infiltração comunista” e ao lado da imaginosa ameaça da implantação de uma “república sindicalista” por parte dos trabalhistas, foi uma retórica comum da UDN durante todo o período analisado e ganhou contornos mais claros pouco antes da queda de Vargas, quando o partido se aproximou dos quartéis.

Inicia-se a formação de uma oficialidade fortemente antigetulista e anticomunista, filha da Guerra Fria e da crescente influência direitista. E esse discurso será, como veremos, o mesmo utilizado pelos golpistas, em sua maioria membros da UDN, em 1964 (Maranhão, 2004: 278).

À morte de Vargas segue-se um período de crises políticas sucessivas, denunciando a fragilidade do vice-presidente Café Filho, que se bandeou para o lado da UDN, por ocasião do golpe de 1954.

A política econômica do presidente Café Filho enfatizou a tentativa de reduzir a taxa inflacionária, não sem descontentamentos entre industriais e em latifundiários, apesar do apoio da UDN. A participação udenista imprimiu ao modelo econômico o

<sup>16</sup> O golpe que estava sendo articulado foi “adiado”, pelo suicídio.

<sup>17</sup> Essa tendência favorável à ditaduras era muito difundida na sociedade brasileira, sobretudo nos meios mais conservadores, como alternativa necessária para as transformações fundamentais, conforme o pensamento dos intelectuais autoritários: Francisco Campos, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Miguel Reale, Plínio Salgado, dentre outros.

caráter liberal clássico propício à dependência estrangeira: Café Filho decretou a Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc), que criou uma série de facilidades e isenções para o capital estrangeiro em nosso país. Por intermédio dela, as empresas estrangeiras ficaram livres para realizar investimentos diretos na economia brasileira, sem cobertura cambial (Lopez, 1980: 111).

Quanto ao processo sucessório, os eleitores derrotaram mais uma vez as candidaturas da UDN (Juarez Távora), do PSP (Ademar de Barros) e do PRP (Plínio Salgado)<sup>18</sup> e consagraram a tradicional aliança PSD/PTB, elegendo Juscelino Kubitschek para presidente e, para o cargo de vice-presidente da República, o trabalhista João Goulart, homem com fortes ligações com Getúlio Vargas e com o sindicalismo,<sup>19</sup> e que conseguiu mais votos que Juscelino. Esta era uma expressão da aproximação política entre João Goulart e os meios sindicais, o que desagradava grandemente à elite conservadora e era visto como uma ameaça à ordem.

Lamentavelmente, e para desgaste das relações democráticas, os liberais da UDN davam mostras de suas tendências autoritárias: Carlos Lacerda não aceita o resultado das eleições e defenderá abertamente um golpe militar para que o país não fosse entregue, como ele dizia, a “comunistas” e “corruptos”. Seu jornal, *Tribuna de Imprensa*, publica um falso documento, a “Carta Brandi”,<sup>20</sup> a qual comprometia João Goulart, com esquemas de contrabando de armas, que segundo Lacerda, seriam utilizadas para equipar milícias radicais de esquerda que visavam tomar o poder.

A crise sucessória foi debelada pelo general Henrique Teixeira Lott, que se antecipa aos golpistas e deu o chamado “Golpe Preventivo”. Com as tropas nas ruas assume o poder, afasta Carlos Luz da presidência e impede o retorno de Café Filho. Em seguida, o governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal Nereu Ramos, que finalmente empossou, em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O episódio tem uma importância fundamental, na medida em que tornou evidente, na década de 1950, um componente estrutural decisivo da política brasileira, o poder militar.

Segundo Maranhão (2004), desde a Guerra do Paraguai, principalmente quanto aos escalões da oficialidade, mas sem qualquer prerrogativa de direito, o Exército brasileiro assumiu-se como centro de ação e decisão política interna.

O Exército brasileiro, contraditoriamente, distinguia-se do modelo liberal clássico, que caracterizava o espírito principalmente de seus aliados da UDN, porque não se

<sup>18</sup> O candidato do PRP, Plínio Salgado, é fundador da antiga AIB (Ação Integralista Brasileira), agremiação política do primeiro período getulista, com nítidas tendências fascistas.

<sup>19</sup> O PSD buscou essa aliança pois Jango oferecia a possibilidade de atrair votos do eleitorado urbano pela sua ligação com o sindicato. Ele havia sido ministro do Trabalho de Vargas, estando à frente da proposta de aumentar em 100% o salário dos trabalhadores, que será um dos pivôs da crise que ocasionará o suicídio de Getúlio.

<sup>20</sup> Tal como no falso documento conhecido como “Plano Cohen”, elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, o falso documento desta vez foi de autoria de Carlos Lacerda. Ambos os falsários estarão participando do golpe militar de 1964.

assumia “como corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltando porém principalmente para a afirmação da soberania perante o exterior” (Maranhao, 2004: 268).

Sempre alheias à Constituição, as Forças Armadas comportavam-se como se estivessem acima desta e, como uma organização da sociedade civil, circulavam livremente exercendo interferência nas esferas de poder,<sup>21</sup> como se fosse detentora de atribuições típicas e excepcionais de uma espécie de Supremo Judiciário Político, acima dos clássicos poderes constitucionais.

Essa aberração encontrava apoiadores entre udenistas, pessedistas e remanescentes integralistas e fascistas e foi fundamental para o êxito do golpe implementado em 1964 contra o governo Goulart.

### Nacional-desenvolvimentismo e conciliação

A estratégia da conciliação foi o fio condutor do governo Juscelino Kubitschek (Camargo, 2004: 166). Se comparado a outras épocas, podemos defini-lo como um período que associou tranqüilidade política e prosperidade econômica. O planejamento econômico seria a inovação aplicada na viabilização do Plano de Metas, que era claramente favorável à modernização e visava a aprofundar o processo de industrialização nacional, por meio de um programa de substituição de importações, que buscava incentivar a substituição dos investimentos públicos por investimentos privados de capital nacional e estrangeiro. As metas foram realizadas sobretudo por intermédio da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), baixada durante o governo Café Filho.

O déficit público, a inflação, a entrada maciça de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, e a maior presença do Estado nas atividades econômicas também caracterizaram o governo de Juscelino, quando se intensificou o processo de urbanização, o deslocamento de população no sentido rural-urbano, em busca de oportunidades, mas propiciando a emergência de novas demandas sociais.

O nacional-desenvolvimentismo, com a sua ideologia veiculada, tentava ocultar, com relativo sucesso, a subordinação do capital nacional ao estrangeiro, e também os conflitos e tensões existentes no âmago da sociedade brasileira. Sua política econômica concedeu privilégios a vários setores, em particular à indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, dentre outros) e de bens intermediários. Segundo salienta Maranhão (2004):

<sup>21</sup> Geralmente, os militares são formados e treinados com um objetivo básico, às vezes único: o de guerrear. Como os exércitos latino-americanos não tinham perspectivas de guerrear, toda uma formação pessoal e profissional ficava frustrada. Essa é uma das razões por que as forças armadas são facilmente seduzidas pela política nos países subdesenvolvidos – nada têm a fazer. Conotação diferente possuem as forças armadas nos países desenvolvidos, que ainda conservam a sua função tradicional e externa (Chiavenato, 1998: 50).

[...] Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre setores produtivos. Promovendo um intenso crescimento industrial, não procura solucionar as agudas contradições do desenvolvimento [...] (Maranhão, 2004: 264).

O extraordinário poder simbólico e ideológico da política mudancista nascia da aceitação quase unânime de que o conceito de nação era impróprio para qualificar a realidade brasileira, caracterizada pela desarticulação física, econômica, social e cultural. A existência de um forte apelo emocional e patriótico na idéia de integração nacional criou uma ampla base de sustentação política e social ao governo JK. (Moreira, 1998: 247)

A construção de Brasília foi utilizada como símbolo para desviar a atenção da opinião pública, de muitos outros problemas difíceis no setor social e econômico, tais como a reforma agrária. Os otimistas do regime de Kubitschek diziam que a mera construção da nova capital teria efeitos colaterais, levando vários outros problemas em questão à solução (Skidmore, 1969: 208).

Não obstante, os limites sociais da medida eram claros. A conquista do Oeste estimulada pelo Estado não previa uma política agrária capaz de regulamentar o processo de posse e aproveitamento econômico das regiões cortadas pelo cruzeiro rodoviário. Ou seja, não existia uma proposta de reforma agrária. O governo JK, baseado num plano industrialista, desenvolvimentista e modernizador encontrou na construção de Brasília um canal de diálogo e um meio de atender às demandas do setor rural (Moreira, 1998: 248).

Os ruralistas não se mostraram resistentes à construção de Brasília, pois ela sinalizava para o equilíbrio de interesses entre o capital industrial e o agropecuário, substituíva a reforma agrária e isolava os poderes públicos no silêncio do Planalto Central. “Existe uma considerável dose de exatidão histórica na constatação de que Brasília foi o maior símbolo do governo JK, ajudando a cooptar corações e mentes de seus contemporâneos” (Moreira, 1998: 250).

Em suma, o governo de Juscelino Kubitschek foi capaz de articular uma conciliação por intermédio da implementação de medidas como a construção de Brasília, que não desagradava à elite conservadora e, conseqüentemente, foi capaz de manter o equilíbrio no poder. Isso adiou, por alguns anos o golpe militar e reacionário que viria alguns anos após o fim de sua gestão. Não obstante, o governo Juscelino, ao tempo em que propiciou condições econômico-financeiras para o desenvolvimentismo, deixou acumular-se os problemas sociais, que já eram, desde Getúlio Vargas, problemas típicos de políticas públicas, que necessitavam de planejamentos e fundos próprios, em simultaneidade com as providências desenvolvimentistas relacionadas com o sistema viário, o suprimento de energia, as indústrias de base, de bens duráveis e de consumo em geral.

## O breve e controvertido governo Jânio

“Falei de forças terríveis porque ocultas elas nunca foram...”

— JÂNIO QUADROS

O curto e polêmico governo de Jânio Quadros foi marcado por profundas ambigüidades e surpresas. No primeiro aspecto, refiro-me à contradição básica e fatal de sua política interna conservadora contraposta a uma política externa progressista e de não-alinhamento.

Jânio Quadros foi um político de carreira meteórica. Eleito vereador na cidade de São Paulo, em 1947, foi deputado estadual, em 1950, e prefeito em 1953. Em 1954, foi eleito governador, derrotando o quase imbatível Ademar de Barros, além de ter sido eleito também deputado federal em 1958, pelo PTB, para mostrar sua independência frente aos partidos.

Ocupou esses vários postos (poucas vezes concluiu o mandato) e não se comprometia com nenhum partido político. Em 1960, nas eleições, chega como o franco favorito a ocupar a presidência da República. Eleito, foi empossado em 31 de janeiro do ano seguinte.

Candidato naquela eleição pelo PDC (Partido Democrata Cristão), apoiado pela UDN (União Democrática Nacional), Jânio Quadros ganhou com certa tranqüilidade o pleito, totalizando 48,3% dos votos.

Em campanha, apresentou-se como homem simples, que lutaria contra os poderosos, para moralizar a política e assim trazer melhorias para a vida dos menos favorecidos. Assumiu o arquétipo de “porta-voz da vontade do povo”, conforme dizia nos discursos. Seu vice, João Goulart, chegou ao poder pela chapa comandada pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que indicava o general Henrique Teixeira Lott à presidência. Lott possuía fraco apelo popular. Sua derrota era previsível.

Embora indiscutível nas urnas, Quadros também se encontrava em situação desconfortável: havia feito aliança para concorrer ao pleito com uma corrente política impopular e tradicionalmente perdedora, liderada pela UDN.

Mas, para vencer, teria que conquistar votos “nacionalistas” e “populistas” de seu adversário. A solução foi a inevitável “dobradinha” com João Goulart. Este, por sua vez, ante a iminência de perder as eleições, se continuasse fiel à candidatura Lott, passou a estimular a “dobradinha Jan- Jan”. Isso era possível graças à legislação da época, que permitia aos eleitores votarem em candidatos a presidente e a vice de chapas diferentes. Os resultados apontaram como vencedores Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente (Chiavenato, 1998: 9).

Jânio Quadros herdou uma dívida externa de 2 bilhões de dólares (Iglesias, 1993: 279) e uma inflação altíssima, devido, segundo ele, à irresponsabilidade do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Ante o quadro catastrófico, Jânio prega a necessidade de contenção de despesas públicas, aperto geral, arrocho. A classe média se delicia com a fala moralizadora e

austera de combate à corrupção, promessa que não é cumprida, como acontece com todos os discursos do gênero (Iglesias, *ib.*).

Jânio adota severa política de contenção. Tais medidas consolidam seus laços com as classes produtoras, com medo da possibilidade de uma incontrolável escalada inflacionária, além de tranquilizar as fontes financiadoras internacionais e os Estados Unidos (Camargo, 2004: 168).

Porém não demorou muito a desagradar aquelas forças que o haviam conduzido ao poder, em especial a UDN. Apesar de constituir um ministério comprometido com os grupos multinacionais, Jânio ensaiou algumas medidas que incomodaram certos setores. Começou sua gestão de modo ousado. “Realizará um governo do tipo bonapartista, de acordo com a expressão evocada da política francesa”, que vem a ser a ação do Estado, por um executivo forte, praticamente ignorando a presença do legislativo e de partidos. (Iglesias, 1993: 278).

Uma revisão histórica dos curtos sete meses do governo Quadros, indica a profundidade de algumas modificações que pretendia introduzir no plano social e que o conduziram, seja por inconformismo seja por pressão, ao impasse de sua renúncia (Camargo, 2004: 168).

As expectativas populares perante o governo de Jânio Quadros diziam respeito às demandas sociais, a exemplo da reforma agrária. Ocorre que tais demandas não pertenciam à pauta das bases partidárias janistas, especialmente as udenistas. Paralelamente, o governo mostrava independência, representada por tomada de decisões que suscitavam interesses contrariados. “O jogo populista atinge, efetivamente, com Quadros, um poder ofensivo que o distingue dos demais populismos, conferindo ao seu instável e meteórico desempenho um grau máximo de autonomia” (Camargo, 2004: 169).

O governo Jânio foi inovador em termos de política externa, mas encontrou resistências interna e externamente à ousadia soberana e emancipadora que caracterizava a política externa independente, pelo caráter precursor de defesa da autodeterminação dos povos, bem como pela demonstração de soberania ao estabelecer e manter relações diplomáticas em função dos próprios interesses nacionais. Rompia-se com a tradicional subserviência aos Estados Unidos, causando impacto e perplexidade nos círculos diplomáticos de Washington, pois a posição de Jânio fere frontalmente a tradição já consolidada.

Essa iniciativa de Jânio Quadros corresponde a uma estratégia governamental já delineada, quando ainda em período de campanha anuncia profeticamente, no Cairo, então sede política do Terceiro Mundo neutralista, que o Brasil pretende, em duas décadas, compartilhar dos círculos políticos das grandes potências, dividindo com os EUA a supremacia continental (Camargo, 2004: 169).

Buscando esse caminho da neutralidade, toma uma série de iniciativas que incomodam enormemente os conservadores, os anticomunistas e as Forças Armadas. Iniciou conversações para restabelecer relações diplomáticas com a URSS; enviou o vice-presidente João Goulart em missão oficial à China comunista de Mao Tse Tung e defendeu a

entrada deste país na ONU (Organização das Nações Unidas); condenou a política agressiva norte-americana em relação à Cuba de Fidel Castro, além de ter recebido e condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, o argentino e líder da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara.<sup>22</sup>

Nesse sentido, o desequilíbrio entre a política externa e interna se reduz a este último episódio, que suscita muitas reações e precipita sua renúncia. O impacto negativo desse novo alinhamento de Jânio deve-se à nova conjuntura internacional, que não o favorecia. A ousadia libertária de Fidel Castro, em 1959, à frente do Movimento 26 de Julho, repercutia duramente em abril de 1961, quando fracassou a aventura dos Estados Unidos na invasão da Baía dos Porcos.

Perante esse duplo fracasso, os EUA cobravam das nações latino-americanas o pronto alinhamento e a imediata ruptura de relações com o governo de Fidel Castro. Mas a nova doutrina diplomática brasileira tinha clara posição em favor da autodeterminação, o que orientava a política exterior tanto em relação às libertações africanas quanto asiáticas.

Com essa personalidade controversa e ignorando acintosamente a influência dos partidos, Jânio logo perdeu o apoio que deveria sustentá-lo no governo. A reação da ala conservadora da política brasileira foi violenta e fulminante. Além das fortes críticas que passou a receber de todos os lados, o governador da Guanabara e arauto da direita, Carlos Lacerda, objetivando vingar-se da condecoração de Guevara, homenageia Tony Verona, o líder (ou que se apresentava como tal) da contra-revolução cubana (Chiavenato, 1998: 11).

O lado do estadista com tendências progressistas ficou marcado pela introdução da política externa independente e neutralista, que terá efeitos irreversíveis a longo prazo, junto com outras medidas que também suscitaram polêmica, a exemplo das providências disciplinadoras da remessa de lucro:

[...] A lei de remessa de lucros é encomendada à assessoria direta do presidente, que a ele envia duas propostas, uma mais moderada, elaborada por Otávio de Gouveia de Bulhões, da Sumoc, e encaminhada através do ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e outra, de iniciativa de João Agripino, ministro das Minas e Energia e de conteúdo mais nacionalista [...]. Após exame atento, a presidência remete à Câmara projeto de lei que será defendido, junto com outras medidas, como a lei antitruste, e a reforma agrária, por deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, em tumultuada sessão na Câmara nas horas que antecedem à renúncia de 25 de agosto [...] (Camargo, 2004: 179).

Essas iniciativas abalaram os acordos políticos conservadores firmados em época de campanha. A mais polêmica iniciativa política encaminhada ao Congresso foi, sem sombra de dúvida, relativa à reforma agrária, predisposição já demonstrada ainda em época de

<sup>22</sup> É importante registrar que a Revolução Cubana e a conseqüente condecoração de Che Guevara, se deu no auge da Guerra Fria, discutida no capítulo anterior.

campanha. O anseio de implementar transformações no campo, incluindo ampla reforma na estrutura fundiária do país, será alvo de muitas críticas e ataques que culminarão com insatisfações por parte das forças que o haviam conduzido ao poder, especialmente a UDN.

A reforma agrária foi questão pautada pelo presidente Jânio desde o início do governo, introduzida por lideranças civis e políticas, a exemplo do deputado federal Fernando Ferrari, que, por ocasião da reunião nacional do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), do qual era presidente, “reafirma ser a reforma agrária ampla e profunda o problema prioritário do Brasil. Devendo ter por corolário a resolução dos demais problemas nacionais”. Como primeira etapa da mesma, Ferrari sugere a adoção do “Estatuto do Trabalhador Rural”, de sua autoria e já em debate desde governos anteriores, a ser aprovado em caráter de urgência (Camargo, 2004: 170).

Jânio insere a questão agrária como compromisso de reorganização jurídica, objetivando as exigências superiores de progresso, bem-estar e segurança. Assim, o governo se dispõe a aplicar ao mundo rural variados tipos de medidas: da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de tal forma que seja punido o absenteísta, o especulador ou o inepto, em favor daquele que realmente trabalha a terra (Camargo, 2004: 171).

Nesse contexto surgem diversas sugestões de reforma agrária, como a recomendada num simpósio realizado pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), em que a transformação da estrutura fundiária no campo era vista, acima de tudo, como uma política que permitiria a consolidação do regime democrático, sem tocar, no entanto, na questão de uma possível reforma constitucional.

Em 3 de agosto, Jânio reforça publicamente a proposta de José Joffily, proclamando a caducidade da estrutura agrária brasileira e o combate frontal ao latifúndio. E declara apoio incondicional de seu governo a uma reforma agrária que corresponda às necessidades sociais e econômicas do país.

As reações não se fizeram esperar. Foram fulminantes e violentas. Os proprietários rurais falam através de seu líder mais expressivo, Íris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, que conclama os líderes da categoria a ficarem atentos às modificações que se avizinham. Inúmeras outras dificuldades aparecem para barrar a aprovação da reforma agrária. No parlamento, as dificuldades políticas se avolumam. Um grupo conservador defende a tese da intocabilidade da propriedade privada, sugerindo que qualquer reforma que viesse a ocorrer deveria se limitar às terras devolutas.

No dia 23 de agosto de 1961, a proposta de reforma agrária de José Joffily foi rejeitada pelo Congresso. Mas, em 25 de agosto, Jânio renuncia deixando esta importante questão em situação de orfandade.

As forças conservadoras contrárias à reforma agrária não estavam ocultas. As forças conservadoras secularmente aliadas do capital estrangeiro também não estavam ocultas. As outras forças tradicionais igualmente acomodadas com a subserviência ou dependência em matéria de política externa também não estavam ocultas. Entretanto, o que é por

demais extraordinário é que, comparando-se com a plenitude dos anseios sociais, o enfrentamento conservador e reacionário foi realizado por uma minoria da sociedade nacional: as elites apresentaram reações produzidas pelo receio de mudanças que afetassem suas hegemonias na ordem estabelecida.

O que é mais importante é ter clareza de que, já no governo Jânio Quadros, as necessárias reformas eram rejeitadas com hostilidade e perda de base política de sustentação no Congresso. E assim o será no governo de João Goulart, quando as mudanças necessárias forem sistematizadas com um conjunto de reformas de base.

### **João Goulart: a crise, o agravamento e o golpe de 64**

É como se o tempo pudesse parar... Ah! Se o tempo pudesse parar... Quantos votos conservadores elegeram Jânio e Jango?...

Esta pergunta deve logo ser antecipada, antes de construirmos o roteiro, antes de notarmos os posicionamentos dos diversos autores. A resposta deve logo ser delineada, informando que diversos parlamentares do PTB de João Goulart foram se filiar à Arena, talvez por razões fisiológicas, porque eles já eram mesmo assim no próprio PTB. Quase todos os parlamentares da base udenista de sustentação de Jânio Quadros também foram se filiar à Arena, tal como a maioria dos parlamentares do PSD.

O que se pode imaginar acerca do general Teixeira Lott, na presidência da República? O certo, na ocasião, era que PSD e PTB não tinham clareza e firmeza de posição quanto às reformas de base, especialmente em relação àquelas relativas aos anseios populares, ou de caráter populista, como proferem outros estudiosos que empregam de forma duvidosa o termo populista.

O que se pode admitir antecipadamente é que as eleições de Jânio e de Jango não podem ser tratadas como erro de pessoa. Imputar às pessoas esta ou aquela caracterização é desviar-se da essencialidade do problema. Em três décadas, continuamente, a sociedade brasileira participou, direta ou indiretamente, das transformações urbano-industriais que trouxeram para o primeiro plano atores e coadjuvantes até então secundarizados.

Os recursos necessários para investimentos nos empreendimentos urbano-industriais eram sempre numerosos, assim como os requisitos tecnológicos. Por conseguinte, as demandas requeridas pelos setores secundário e terciário eram mais complexas, inclusive quanto aos recursos humanos. Este é o cerne do problema. Perder a condição hegemônica que sempre teve o setor primário exportador. Passar esses atores para o segundo plano ou situá-los em plano de igualdade com as novas demandas econômicas, sociais e políticas.

Ao longo de três décadas, digamos 1934-1964, o Estado também realizou investimentos como empreendedor, em importantes empresas de economia mista, reforçando sua parceria com setores do capital privado aplicado em empreendimentos urbano-industriais: foram investimentos e parcerias em setores essenciais como transportes, energia, siderurgia, mineração. Essa parceria não ocorreu em empreendimentos agro-exportadores.

Aliás, projetando nova candidatura à presidência da República, Juscelino Kubitschek ensaiava um diálogo pertinente com esse setor primário, sugerindo que também poderia fazer “cinquenta anos em cinco” no âmbito das atividades agrárias: seria, assim, um esforço modernizante.

Antecipadas estas considerações, podemos retomar o processo histórico, afirmando que a renúncia de Jânio agravou ainda mais a crise política, já que os conservadores e reacionários construíram com os militares a aliança do atraso ou, se estivéssemos no Período Regencial, a aliança *regressista*, a qual adjetivou os progressistas de então como anarquistas e desordeiros que ameaçavam a ordem e a integridade da nação.

E os militares fizeram o pacto com o atraso! Certamente pensaram que a UDN representasse a *modernosidade*... Em 1960, as lideranças militares brasileiras já estavam envelhecidas, não necessariamente na idade biológica, porque ainda havia lideranças *tenentistas*. As lideranças militares estavam envelhecidas no tempo, quanto às idéias, quanto às utopias. Ah! Já não havia lideranças militares como antigamente, identificadas com o progresso. E assim, carregados de ressentimentos cultivados desde 1922, acudiram os conservadores e reacionário como se fossem capitães-do-mato; acudiram os conservadores e reacionários como tropa de ocupação, a serviço dos centros hegemônicos articuladores da Guerra Fria.

Foi assim que militares e políticos conservadores e reacionários aliançaram-se na aventura da ilegalidade, na tentativa de impedir a posse constitucionalmente legítima do presidente João Goulart.

No dia seguinte à renúncia, os ministros militares vetaram a posse de João Goulart,<sup>23</sup> que estava em missão especial na China Popular, em iniciativa pioneira e soberana para reatar relações diplomáticas e abrir mercado para as exportações brasileiras. O presidente norte-americano Richard Nixon faria o mesmo que João Goulart: reataria relações diplomáticas com Mão Tse Tung. E nem por isso foi chamado de comunista.

Então, Ranieri Mazzilli, como presidente em exercício, enviou ao Congresso uma mensagem endossada pelos ministros militares, na qual desaconselhava o retorno de Jango ao Brasil “por motivos de segurança nacional”.<sup>24</sup>

As Forças Armadas não poderiam admitir que tomasse posse como presidente da República o mesmo homem que, em 1953, impediram de exercer o cargo de ministro do trabalho de Getúlio Vargas, o mesmo que defendera aquele polêmico aumento de 100% do salário mínimo. Era inaceitável ocupar o poder um defensor da misteriosa

<sup>23</sup> Os ministros militares eram Gabriel Grüm Moss, da Aeronáutica; o general Odílio Denys, da Guerra; e o almirante Silvio Heck, da Marinha.

<sup>24</sup> Observe-se que, entre 1945 e 1965, menos de vinte anos, os militares, no Brasil, depuseram quatro presidentes, todos acusados de tendências esquerdistas. E todas as vezes a propaganda do golpe militar alicerçou-se no anticomunismo. Não importa aqui analisar a veracidade de tais acusações, mas a constância de seu uso. E, em todas as ocasiões de golpe, a ideologia da segurança nacional esteve presente.

“República Sindicalista”, para cuja implantação conspirava com argentinos, como diziam os udenistas na falsa “Carta Brandi” revelada por Carlos Lacerda.<sup>25</sup>

A maioria dos congressistas se posicionou contra o veto à posse de Jango, e a mobilização popular em favor da legalidade se ampliou no país, em verdadeira frente ampla. A sociedade, em sua plenitude, ficou contra as lideranças conservadoras que manipularam as instituições Forças Armadas em favor da ilegalidade, contra o cumprimento da Constituição.

Ainda renitentes, os ministros militares ameaçaram usar as instituições Forças Armadas para fechar o Congresso, caso não encontrassem uma saída “legal” para o impasse, um arranjo político que impedisse a posse de Goulart.

Mas as divisões evidenciaram-se no interior das Forças Armadas, já que muitos membros importantes da oficialidade posicionaram-se ao lado da sociedade majoritariamente democrática, e defenderam o cumprimento da Constituição. Dentre estes, destacou-se o general Henrique Teixeira Lott, que logo se posicionou. No Rio Grande do Sul, o III Exército liderado pelo general Machado Lopes liderou a campanha em defesa da Constituição, da legalidade e da posse de Jango.

Nesse episódio o governador Leonel Brizola abriu as portas do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, em favor da “Campanha da Legalidade”, como ficou conhecido o movimento. Montou-se uma rede radiofônica, que transmitia notícias para todo o Brasil, a partir de Porto Alegre, e cerca de 500 mil pessoas voluntárias gaúchas atenderam ao apelo e apresentaram-se para defender a posse de João Goulart. A Polícia Militar se transformou praticamente em milícia revolucionária.

Vetar a posse tornou-se difícil, pois não seria apenas um golpe contra a Constituição, mas contra a vontade popular politicamente mobilizada e contra parte das Forças Armadas. Poderia ter sido uma guerra civil.

Mesmo assim, em clima de agitação, o Congresso votou, no dia 2 de setembro de 1961, a favor de uma emenda constitucional que instituía o parlamentarismo no Brasil, cuja continuidade deveria ser submetida a um plebiscito em 1965, exatamente ao final do governo. Apesar de tudo, Jango aceitou a proposta conciliatória, evitando o conflito com os setores conservadores da sociedade brasileira.

Durante a vigência do parlamentarismo foram três, os primeiros-ministros que estiveram à frente do poder executivo no Brasil: Tancredo Neves, Francisco Brochado da Rocha e Hermes Lima. Entretanto, diante do fracasso do sistema e após intensa campanha popular, o plebiscito foi antecipado em dois anos, e, por ele, decidiu-se pelo retorno ao presidencialismo.

<sup>25</sup> A Carta Brandi, conforme já vimos, foi um documento falso, publicado em 1955, pelo jornal *Tribuna de Imprensa*, pertencente ao udenista Carlos Lacerda, que relacionava João Goulart, vice de Juscelino Kubitschek, eleito para o mandato 56/60, ao contrabando de armas. Segundo a carta, essas armas seriam utilizadas para armar milícias populares para subverter a ordem. A publicação deste documento tinha como objetivo incriminar o vice-presidente, para impedir a posse de JK. É o contexto em que o general Henrique Teixeira Lott instaurou o chamado “Golpe Preventivo” visando a garantir a posse do presidente recém-eleito.

## As Reformas de Base e a conspiração

Já no regime presidencialista restabelecido, João Goulart, ao lado de figuras como Santiago Dantas (ministro da Fazenda) e Celso Furtado (Reforma Administrativa), lançaram, em 1963, o Plano Trienal, numa tentativa de combater a inflação e lançar os pressupostos para a retomada do crescimento econômico. O plano seria acompanhado de reformas estruturais, que foram chamadas de Reformas de Base, em quatro áreas, principalmente: tributária, financeira, administrativa e, principalmente, reforma agrária, todas objetivando a distribuição mais equitativa das riquezas no Brasil.

Com Jango, o compromisso com as Reformas constitui, desde os primeiros dias, a pedra angular da gestão que se inicia, aquela que aglutina as lideranças e os partidos de esquerda, e que pretende atrair a classe política e as forças de centro a fim de tornar viável a consecução de um programa que promova a autonomia externa, consolide o apoio sindical (e popular urbano) e estenda o controle do Estado sobre as clientelas rurais, através de medidas de transformação social do campo (Maranhão, 2004: 189).

O Brasil, de então, perdeu o tempo da história. Era um país com estruturas políticas anacrônicas, economia estrangulada, com privilégios aparentemente eternos das elites e que há poucos mais de setenta anos, tinha ainda como base de sua mão-de-obra a esvavidão. A maioria da população brasileira (mais de 80%) não exercia o direito ao voto (Chiavenato, 1998). Na ótica das elites excludentes, qualquer tipo de concessão seria uma ousadia a ser combatida. Eis porque a reforma que mais sensibilizou e irritou as elites foi, sem dúvida, a reforma agrária, questão já iniciada na gestão de Jânio Quadros.

Na reforma agrária idealizada por Goulart, as fazendas produtivas não seriam tocadas; seriam utilizados títulos públicos de valor reajustável, para indenizar as terras desapropriadas; portanto, não objetivava simplesmente confiscar terras dos grandes latifundiários. O projeto de Goulart tinha caráter burguês e o próprio sistema lucraria com ela, graças à possível ampliação do mercado interno.

Hoje essas observações parecem tranquilas, mas à época causavam muita polêmica e irritação às elites. Isso porque, no Brasil, raras foram as vezes em que a terra foi explorada para a produção da simples subsistência. Na tradição nacional ainda está arraigada a concepção de terra como valor fiduciário e representativo de prestígio e influência.

A reforma agrária não acontecia, portanto, porque o capitalismo e a burguesia se sentissem ameaçados como sistema econômico e social, mas, principalmente, porque ela liquidaria uma base de poder. A burguesia industrial e financeira, por sua vez, aderiu a essa posição retrógrada por recear alterações no modelo dependente da economia brasileira, pois as reformas incluíam também a nacionalização de diversos setores, o que provocaria uma guinada nacionalista na política externa e no relacionamento com o capital norte-americano, e esse grupo estava ligada aos interesses externos e satisfeitos com seus privilégios. Essa burguesia industrial uniu-se ao coro que denunciou Goulart

como um irresponsável agente do “comunismo mundial” ou fomentador da já comentada “república sindicalista” (Chiavenato, 1998: 18).

No campo, as massas rurais, recrutadas em torno das Ligas Camponesas, mobilizavam-se por intermédio de ocupações de terras, sob a liderança de Francisco Julião, que admitia defender uma reforma agrária pacífica, mas advertia que faria uso da violência se fossem obrigados pelos latifundiários e pelas forças reacionárias do país (Camargo, 2004: 193), além de fazer árduas críticas às medidas paliativas tomadas até então pelos governos, sobre a questão agrária.

Segundo salienta Skidmore, em meados de 1963, a mobilização de camponeses e trabalhadores rurais ainda estava em uma etapa primitiva, porém o seu ulterior avanço só poderia alarmar o centro e a ala conservadora e, ao mesmo tempo, fazer com que Jango pensasse que o poder das “forças populares” justificava um empenho ainda maior com a reforma agrária.

Diante dessa movimentação, a elite agrária aumentou sua oposição ao governo Goulart, e outros agentes de mobilização contra ele também deram início a suas atividades. Os conspiradores militares redobram seus esforços, tentando convencer oficiais legalistas de que a oposição a Jango devia ser mais ativa. Conspiradores também havia na área civil. Políticos da UDN, com seu membro mais eminente, Carlos Lacerda, pregavam abertamente um golpe militar.

Sinais havia também de que o grande grupo de opinião centrista, favorável a uma solução constitucional para a crise resultante da renúncia de Jânio, começava a sentir “medo” ante a inflação galopante e apreensiva pela mobilização política das massas urbanas e rurais. A experiência de Jango com a esquerda servira para exacerbar esse processo de mobilização e polarização. Personalidade fraca, o presidente agira com indecisão, expondo-se, dessa forma, aos ataques tanto da direita como da esquerda (Skidmore, 1969: 353).

O consenso público no Brasil entrava em desintegração. Elementos das extremas proclamavam com frequência cada vez maior a perda de fé na política democrática.<sup>26</sup> Os exageros da improvisação, óbvios ao apagar das luzes no governo JK, do interlúdio presidencial do governo Jânio Quadros e os quinze meses de regime parlamentar, nada tinham resolvido.

Em clima de aguda crise, o governo organizou uma série de comícios nas principais cidades, a fim de mobilizar apoio em favor das “Reformas de Base”. O primeiro dessa série de comícios-monstros foi realizado em 13 de março de 1964, em frente à Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro, reduto político de Carlos Lacerda, que liderava a oposição a Jango. Naquela sexta-feira à tarde, cerca de 150 mil pessoas compareceram à praça, exigindo a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista. Jango não

<sup>26</sup> Mais uma vez volta à tona a tendência de se defender uma ditadura como alternativa para resolver os problemas fundamentais do país, seguindo as idéias da intelectualidade autoritária. É interessante notar que, nesse momento, já está presente o discurso de se instaurar uma ditadura para afastar das esferas de poder as “viciosas” forças populistas.

decepcionou a multidão: assinou dois decretos, cuja promulgação vinha sendo anunciada havia meses. O primeiro encampava as refinarias de petróleo particulares. O segundo decreto era o da Supra (Superintendência de Reforma Agrária), órgão criado na fase parlamentarista, que tinha como competência planejar, elaborar e executar medidas de reforma agrária. Pelo decreto, Goulart declarava sujeitas a desapropriação todas as propriedades que ultrapassassem cem hectares, localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias federais, e as terras de mais de trinta hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação dos açudes públicos federais.

O significado do comício da Central do Brasil era muito claro aos olhos da elite conservadora. Jango voltava-se definitivamente para a esquerda radical. Começara por atacar o “santo” princípio da propriedade privada, tanto no setor industrial, quanto na zona rural.

O comício provocou reações imediatas, a mais direta partiu de Magalhães Pinto, que, ostensivamente, preparava a milícia estadual mineira para resistir a um suposto e eventual golpe de Goulart. No dia 20 de março, ele leu um manifesto na televisão, avisando que, se houvesse uma revolução “comandada por cima”, Minas reagiria prontamente. O governador mineiro não ficou apenas no manifesto. Para exemplificar a desenvoltura com que se preparava a queda de Goulart, basta lembrar que, no dia 21, Magalhães Pinto assinou um “tratado” com o governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, obtendo o direito de usar o Porto de Vitória e as ferrovias capixabas para transportar armas e mantimentos a Minas Gerais, se o estado declarasse realmente guerra ao Governo Federal.

Magalhães Pinto conspirava abertamente. O governador de São Paulo, Ademar de Barros, trilhou o mesmo caminho. Pela televisão, falou durante três horas contra o comunismo e contra os ataques à Virgem Maria, atribuídos aos “comunistas de Goulart”.

A imprensa também vai ao ataque. Dois dias depois do comício, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou em editorial que o Exército não devia obediência ao Governo. O texto dizia que ninguém é obrigado a acatar ou obedecer a uma ordem abusiva, muito menos a dar proteção àqueles que desafiam e infringem a lei e que fazem agitações numa praça pública em favor de uma “revolução comunista” (Chiavenato, 1998: 19).

É importante observar o grau de conservadorismo e preconceito contra o povo, arraigado na sociedade brasileira. O simples fato de o presidente se apresentar numa praça pública com propostas socializantes, em favor dos menos favorecidos, sem quebrar, no entanto, a legalidade burguesa, foi criticado como crime político: a participação popular, portanto, era intolerável, na visão da elite brasileira.

Depois do dia 13, esperava-se que o governo, no mínimo, se preparasse contra o previsível golpe. No entanto, Goulart manteve inalterada sua equipe, majoritariamente comprometida com a velha política oligárquica. Entretanto, nada foi feito. Goulart continuou inerte. Apesar de um grande apoio popular, seu governo demonstrava-se cada vez mais fraco.

Outros fatores, além do comício da Central do Brasil, contribuíram para o enfraquecimento do Governo de João Goulart. Dentre os principais, é a patente crise

econômica que o país atravessava, com altíssimos índices inflacionários. Jango não soube encontrar uma saída para a crise. Ao contrário de todas as expectativas criadas em torno de um país de caráter nacionalista, acatou as normas do FMI (Fundo Monetário Internacional). Utilizando uma retórica progressista, incorporou ao seu Plano Trienal, as exigências do FMI para conter a inflação. O resultado foi mais recessão, desemprego e nenhuma recuperação dos índices inflacionários.

Enquanto isso, várias rebeliões estouravam por todo o Brasil, varias delas nos órgãos militares, principalmente na Marinha. A principal delas foi protagonizada pelos fuzileiros navais, que reclamavam da falta de liberdade, da truculência dos oficiais e da péssima comida. Em 26 de março de 1964 (cinco dias antes do golpe), esse grupo da Marinha se reuniu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de comemorar o aniversário da agremiação com um ato político. Compareceram líderes sindicais, estudantes, políticos. Nessa manifestação, sobressaiu-se a figura do cabo Anselmo, que discursou exaltadamente em defesa das reformas e acusou o comando militar de golpista. Soube-se depois que ele estava a serviço da CIA, o serviço secreto norte-americano.

O ministro da Marinha mandou reprimir o movimento, pois este era visto como uma provocação. Mas o encarregado de acabar com a movimentação foi o almirante Aragão, fiel a Goulart, que se negou a reprimir o movimento. O alto comando da Marinha pediu reforço do Exército, que cercou o local no dia seguinte. O impasse continuava sem solução, pois o presidente Goulart estava em uma de suas fazendas em São Borja, descansando. Isso contribuía para a exacerbação das críticas e o aumento do desgaste do governo. Com a chegada de Goulart do Sul, é que o problema foi, finalmente resolvido. O presidente nomeou para substituir o ministro da Marinha, que havia sido demitido dias antes, o almirante Paulo Mario, que, agindo sobre as ordens de Goulart, acatou as reivindicações dos marinheiros e acabou com a crise. Mas esse resultado não agradou à alta cúpula militar e contribuiu para o enfraquecimento do presidente.

Naquele momento, tudo parecia se virar contra o governo. O clero conservador também iniciou uma implacável campanha contra Goulart, pois, segundo ele, as reformas levariam o Brasil ao “comunismo”. A campanha contra o governo foi desencadeada principalmente pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Na sua cruzada anticomunista, o cardeal trouxe das Filipinas o padre Patrik Peyton, que, sabe-se, hoje, era agente da CIA, um especialista em “levantar” as massas católicas contra o comunismo ateu, em nome da Virgem Maria. Patrik Peyton chegou ao Brasil no fim de 1963, em torno de uma grande publicidade. Falava na televisão, em estádios, praças, seus sermões e rezas. O lema da campanha de que estava à frente era “família unida permanece unida” que

Pregava, aparentemente, os benefícios da oração para a união familiar. Por trás da mensagem vinha o recado anticomunista que, subliminarmente (ou nem tanto, embora não se deva subestimar a burrice alheia), associava os males do mundo (e do Brasil em particular) aos políticos ateus que queriam mudar a ordem natural das coisas (Chiavenato, 1998).

Antes de ser desmascarado, o padre já havia cumprido a sua tarefa: lançado a estrutura da célebre “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestação organizada para fazer frente ao comício da Central do Brasil, em que se reuniram perto de duzentas mil pessoas com faixas provocadoras, como “Tá chegando a hora de Jango ir embora”, e que precipitou o golpe que ocorreu dias depois.

Diante da crise institucional instaurada, o governo não resistiria.

Os conspiradores haviam combinado antes, que a revolta devia começar em Minas, não em São Paulo. “Nós a começamos em 1932, agora é a vez de vocês”, disseram os paulistas.<sup>27</sup> Em consequência disso, o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, expediria um manifesto no dia 30 de março, convocando os mineiros para a “restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”. Em seguida, teve início o golpe, com o deslocamento das tropas de Juiz de Fora,<sup>28</sup> comandadas pelo general Olímpio de Mourão Filho, o mesmo que articulou, ao lado do general Eurico Dutra, o Plano Cohen, em que se baseou o golpe do Estado Novo.<sup>29</sup> Ao alvorecer, disse aos seus comandados que marchariam sobre o Rio, alegando que o presidente Goulart havia abusado do poder e deveria ser afastado.

O governo federal pouco fez em relação aos conspiradores. Cometeu diversos equívocos na tática defensiva e foi incapaz de reagir. O golpe desabou rapidamente sobre a nação. O dispositivo militar do governo, do general Assis Brasil, mostrou-se inoperante. A pouca resistência terminou quando o general Kruel, do II Exército em São Paulo, aderiu abertamente ao golpe.

Goulart deixou perplexos e isolados seus partidários, em face da rápida mobilização dos golpistas, que não encontraram resistências.

O golpe de 1964 teve o objetivo de conter o avanço de uma conjuntura marcada pela aproximação política com os menos favorecidos, que ameaçava, na ótica da elite conservadora da sociedade brasileira, quebrar os privilégios tradicionais do capital estrangeiro em nosso país, em favor do nacionalismo econômico.

### **A ditadura militar (1964-1985): os “anos de chumbo”**

A partir do primeiro momento após o golpe, já começaram a ocorrer as prisões. O governador Carlos Lacerda mandou deter a liderança da CGT e outros sindicalistas, processo que se repetiu nas demais capitais brasileiras. Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de cinco mil associados tiveram suas diretorias

<sup>27</sup> Deve-se lembrar que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi um levante da aristocracia cafeeira paulista, verificada após a Revolução de 30. O levante representava a tentativa da elite paulista, destituída pela revolução, de retornar ao poder. Pretendia destituir o governo provisório, sob o pretexto de que se manifestavam a favor de uma constituição. É possível perceber claramente o caráter conservador e reacionário dos dois processos históricos.

<sup>28</sup> As tropas de Juiz de Fora, comandadas por Mourão Filho, representavam parte do Primeiro Exército, com sede em Minas Gerais.

<sup>29</sup> É interessante observar que os personagens envolvidos em conspirações, nesse período, mudam muito pouco. Daí a importância recorrer a Vargas para se ter uma compreensão do golpe articulado contra Goulart.

depostas. Nas semanas seguintes à deposição de Goulart, prenderam-se mais de cinco mil pessoas. Pela primeira vez, desde a ditadura de Getúlio Vargas, levas de brasileiros deixaram o país como exilados (Gaspari, 2002a: 130).

Para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais. Pode-se dizer que a ditadura começou com o AI-1 e coroou-se com o AI-5.

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, dizia que a “revolução legítima a si própria” e afastou qualquer possibilidade de o povo influir no destino político do Brasil. Esse primeiro Ato Institucional suspendeu por seis meses as garantias constitucionais, medida que permitiu as famosas “investigações sumárias” e a instauração de diversos IPMs (Inquéritos Policiais Militares). Seu artigo sétimo possibilitou o afastamento de cientistas e professores das faculdades, promovendo o início da conhecida “evasão de cérebros”.

Por meio da suspensão das garantias constitucionais, o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos dos cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Entre 1964 e 1966, cerca de dois mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.

Nas Forças Armadas, não foi diferente: cerca de 421 oficiais, considerados suspeitos ou que eram simpáticos a Goulart, foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos, com pagamentos de pensões aos familiares. Enfim, a repressão foi uma tônica a partir desse momento (Gaspari, *ib.*).

Ocorreram várias mortes (a maioria delas por “suicídio”, que o Exército chamou de “conseqüências naturais”), torturas e desaparecimentos, ao longo de 1964. Um dos casos de tortura mais conhecidos ocorreu no dia dois de abril, em Recife. O dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casa Forte, Gregório foi filmado e fotografado e essas imagens foram amplamente difundidas. Episódios semelhantes repetiram-se por diversas regiões do Brasil.

Tempos depois, Golbery do Couto e Silva, um dos articuladores do golpe e dos principais mentores intelectuais do regime, relatou que, nos meses seguintes à derrubada de Goulart, houve, de fato, excessos. Justificou dizendo que ele achava que não passava de acontecimentos produzidos no calor da hora, como o caso de Gregório Bezerra. “Casos como esses, as levas de exilados e os problemas individuais provocados pela reação emocional, me pareciam toleráveis, porque haveriam de ser controlados no futuro”,<sup>30</sup> dizia. Golbery ainda afirmou que ninguém acreditava que o regime do

<sup>30</sup> Depoimento de Golbery do Couto e Silva, citado por Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002, pág. 133.

presidente Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado “dispositivo militar”, caísse tão rápida e facilmente.

O fato é que a repressão política emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Passados os meses, não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e subversão”, o governo atribuía-se a tarefa de acabar com ambas. Os instrumentos desse combate eram os já referidos IPMs, abertos em todos os Estados e submetidos, inicialmente, ao controle geral de investigações (CGI), chefiado por um marechal. Estima-se que foram abertos, entre 1964 e 1966, cerca de cem a duzentos, resultando em processos judiciais para cerca de duas mil pessoas. Apuravam desde a subversão nas universidades até a corrupção no governo federal (Gaspari, 2002a: 154).

Para controlar a sociedade, a ditadura apoiou-se em um espetacular sistema de repressão. Em 13 de junho de 1964, foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva o SNI (Serviço Nacional de Informações), que funcionaria, segundo a perspectiva do próprio general, como uma espécie de “CIA voltada para dentro”, ou seja, para as questões internas. O SNI só prestava contas ao CSN (Conselho de Segurança Nacional) e ao presidente da República. Na prática, era mais poderoso que o Ministério da Justiça, que, teoricamente, chefiava o DPF (Departamento de Polícia federal).

Entre os vários departamentos submissos, controlados e orientados pelo SNI, estavam os serviços de Informações do Exército (Ciex) e o E-2 (Serviço Secreto do Exército); o mesmo ocorria com Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e o M-2 (Serviço Secreto da Marinha); além do Cisa (Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica) e o A-2 (Serviço Secreto da Aeronáutica).

Nas esferas estaduais também existiam órgãos submissos ao SNI: as Deops (Delegacia Estadual de Ordem Política e Social) e o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Enfim, estabeleceu-se uma rede que, partindo do presidente de República, abarcava toda a sociedade brasileira. Quaisquer que tenham sido as intenções iniciais, a dinâmica do sistema e a busca de segurança absoluta efetivamente transformaram o SNI numa agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que se verificava impossível isolar o “inimigo interno”: todos eram suspeitos (Alves, 1985: 72).

Segundo Elio Gaspari (2002), durante os vinte e um anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia, de “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967, o presidente Castelo Branco tentou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968, o general Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e, de 1968 a 1974, o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas, o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado (Gaspari, 2002a: 129).

O objetivo inicial de Castelo Branco, como salienta Gaspari (2002), era criar um ato institucional que durasse apenas três meses. Porém, acabou assinando três. Queria que as cassações atingissem uma ou duas dezenas de dirigentes ligados ao regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu duas mil. Castelo era de formação liberal, mas faltou-lhe, em diversas ocasiões, a vocação para o risco (Gaspari, 2002a: 137).

Talvez a maior dificuldade do presidente Castelo Branco tenha sido a incômoda presença da chamada linha-dura. Esta parcela do Exército se opunha ao desejo do presidente de tentar limitar os poderes excepcionais de que dispunha para normalizar a vida política do país (Gaspari, 2002a: 141). Mas o fato é que o presidente, estando a favor ou contra, o AI-1, instaurado em sua gestão, constituiu a base para todas aquelas torturas e cassações ocorridas nos primeiros dias após a deposição de Goulart e nos anos que se seguiram. Além de ser o ponto inicial para a instauração dos outros atos institucionais.

A violência política percorreu todo o regime militar. Para institucionalização da tortura no Brasil, um elemento fundamental foi a desordem entre os próprios membros das Forças Armadas.<sup>31</sup> Nos primeiros meses do governo Castelo Branco, por suas ambigüidades, por sua noção de ditadura temporária e pela entrada dos militares como agentes do poder coercitivo, instalaram-se os elementos de desordem que envenenaram a vida política brasileira nos vinte anos que se seguiram. A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade, intervindo em sindicatos, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. “Essa contradição iminente liquidou a teoria castelista de ditadura temporária e as promessas inconsistentes de abertura política feitas pelo desastroso governo de Costa e Silva”.

Se tudo desse certo, o Ato Institucional de abril de 1964 seria o único. Não foi. Se tudo desse certo, o marechal Costa e Silva governaria com a Constituição de 1967. Não governou. Se pelo menos algumas coisas dessem certo, o AI-5 duraria menos de um ano. Durou dez. Se as coisas não dessem tão errado, as Forças Armadas, depois de se envolverem com as tarefas de repressão política, regressariam às suas tarefas profissionais. Não regressaram (Gaspari, 2002a: 141).

Outro elemento favorável à violência política foi a cumplicidade dos governos militares em relação às torturas. O governo Castelo Branco foi colocado diante dessa questão bem depois do “calor da hora”, como dizia Golbery. Em julho de 1964, ou seja, três meses depois do golpe, os cárceres começaram a gritar. Surgiram diversas denúncias de torturas em várias partes do Brasil. Uma das primeiras denúncias acusava a presença de

<sup>31</sup> A partir de 31 de março de 1964, quando o regime militar foi instalado, o Brasil entrou numa fase em que conviveram esquizofrenicamente uma obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis (Gaspari, 2002: 140).

torturadores no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro (Gaspari, 2002a: 141).

O governo, a todo o momento, desmentia tais informações. Porém, as denúncias resultaram numa ação visível. O presidente Castelo Branco enviou Ernesto Geisel, membro de sua equipe, numa viagem por diversas regiões do Brasil, para avaliar pessoalmente a procedência das denúncias.

A chamada “missão Geisel” pôs os torturadores na defensiva. O general e ministro Costa e Silva<sup>32</sup> não ficou satisfeito com a providência tomada por Castelo. Segundo ele, “o presidente deveria ter confiança nos seus generais e não dar guarita a denúncias tendenciosas” (Gaspari, 2002a: 146).

Mesmo assim, Geisel percorreu quartéis e prisões, colheu depoimentos. Depois disso, concluiu que as torturas haviam ocorrido realmente somente nos dias próximos ao golpe (Gaspari, 2002a: 147). As denúncias de torturas, entretanto, não paravam. Setores da imprensa, como o jornal “Correio da Manhã” cotidianamente publicavam críticas ao governo com o objetivo de pressioná-lo para que ele rompesse com a silenciosa cumplicidade que oferecia ao crime.

Amparada por sucessivos pronunciamentos no Congresso, a “campanha” do *Correio* feriu o governo, pois o Estado havia confundido seu poder com o direito sobre a vida, desenvolvendo a violência e a tortura. É na pouca importância dada pelos governos militares aos fatos que aconteciam nas delegacias dos Dops<sup>33</sup> ou dos quartéis foi a gênese do fenômeno que arruinaria as instituições políticas e militares do Brasil. Em resposta às denúncias, o governo passou a mobilizar as suas energias políticas contra a “campanha” e não contra as torturas em si. O regime comprometeu-se com a mistificação e, por vinte anos, comportou-se como se o combate à tortura não fizesse parte da luta em defesa dos direitos do homem. Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo (Gaspari, 2002a: 149).

O governo procurava a essência do problema nas denúncias da imprensa e não no que se denunciava.

Castelo Branco instauraria ainda dois atos institucionais. O de nº 2 foi provocado pela vitória dos candidatos da oposição aos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Prevendo futuras derrotas eleitorais e temendo o surgimento de novos líderes, editou o AI-2, que extinguiu os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o Congresso sempre que julgasse necessário, em outubro de 1965. Além disso, o governo criou um sistema bipartidário. Por esse novo sistema político foi permitido o funcionamento da

<sup>32</sup> Costa e Silva, um dos mais eminentes arautos da chamada linha-dura, desde o golpe, cobiçara ocupar o cargo de presidente. Representou, por diversas vezes, um problema para o general Castelo Branco.

<sup>33</sup> Os Dops (Departamentos de Ordem Política e Social) eram órgãos do poder estadual, faziam parte da estrutura das Secretarias Estaduais de Segurança. Por isso os governos estaduais também têm responsabilidade sobre as vítimas que sofreram torturas durante o regime militar.

Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Um, partido da situação; o outro, uma espécie de oposição consentida.

Em fevereiro de 1966, foi editado o Ato Institucional nº 3, foi responsável pela ampliação do controle político, restringindo ainda mais o direito ao voto popular, com a imposição também de eleições indiretas para governador. Enquanto se editavam todos esses atos, nos bastidores do cenário político, tratava-se da sucessão do presidente Castelo Branco. O confronto foi vencido pela chamada “linha-dura”, que levou o general Costa e Silva à presidência, em 15 de março de 1967.<sup>34</sup>

### **A linha-dura governa a sociedade**

O governo de Costa e Silva, como era de se esperar, endureceu ainda mais a situação política do país. Nele, decretou-se uma nova constituição e promulgou-se a Lei de Segurança Nacional, que praticamente tornou todos os cidadãos suspeitos, ativa ou passivamente. Surgiu também a nova Lei de Imprensa, com restrições brutais à liberdade de informação. Por ela toda denúncia contra o presidente, fundamentada ou não, era ilegal (Chiavenato, 1998: 77).

No entanto, a violência repressiva desses Atos não anulou a capacidade de resistência da sociedade brasileira. Pelo contrário, despertou a luta clandestina, as greves, as manifestações estudantis e de trabalhadores. No ano de 1968, em especial, o país foi varrido por uma enxurrada de protestos contra a ditadura.

O movimento estudantil ganhou impulso na resistência às demissões de professores e às restrições impostas à autonomia universitária e sua própria organização. Estas eram particularmente simbolizadas na extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes). Em 1967/1968, os estudantes universitários protestavam contra a ampla reforma universitária promovida segundo acordo entre o Ministério da Educação e a Usaid (United States Agency International Development). Os estudantes objetivavam organizar estruturas representativas em nível nacional, estadual e local, apesar da extinção da UNE.

Paralelamente, os estudantes se organizavam em diversas manifestações. A mais conhecida e uma das mais graves, ocorreu no Rio de Janeiro: reivindicava melhorias na qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante Calabouço, que funcionava próximo ao aeroporto Santos Dumont. O governo retirara subsídios do restaurante, que passou a ser gerido como empresa privada. Com o aumento do preço e a deterioração da qualidade, os alunos começaram a protestar. No dia 28 de março,

<sup>34</sup> Dias depois da entrega do governo a Costa e Silva, Castelo Branco recebeu em casa o senador Daniel Krieger, que desenvolvera papel de destaque no parlamento em favor do governo do marechal. O objetivo da conversa era impedir o rompimento da legalidade planejada pelo governo. O general, que havia chegado ao poder pelo golpe militar, poderia vir a se tornar o principal obstáculo a qualquer surto ditatorial. Dezesesseis dias depois da conversa com Krieger, o bimotor em que Castelo Branco viajava rumo ao interior do Ceará caiu misteriosamente, levando à morte o ex-presidente (Gaspari, 2002: 261).

durante um enfrentamento, numa outra demonstração de força, um batalhão da Polícia Militar chegou ao local e disparou tiros de metralhadora contra os estudantes, disso resultando a morte de Edson Luiz Lima Souto, secundarista pobre de 16 anos.

O funeral de Lima Souto foi rodeado de comoção e protestos. Colegas enfurecidos carregaram o corpo do estudante até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. No dia seguinte, no enterro, milhares de pessoas levaram seu corpo ao túmulo, num cortejo que só encontra precedente no do presidente Getúlio Vargas (Alves, 1985: 117).

Além desse fato, multiplicaram-se as mobilizações e passeatas organizadas por todas as universidades brasileiras. A violência da polícia e do exército contra tais manifestações só fez engrossar as fileiras daqueles que protestavam contra o regime. O ponto mais alto desses protestos foi “passeata dos cem mil”, no Rio de Janeiro, em junho de 1968.

No mesmo ano realizar-se-ia clandestinamente, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, o congresso da UNE, que foi descoberto antes. A consequência foi a prisão de cerca de 1.240 líderes estudantis, enfraquecendo o movimento. No ano de 1968, ocorreram diversas greves, como as dos metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Diante desse clima de tensão, o governo Costa e Silva editou, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O pretexto para esse procedimento foi o discurso do deputado Marcio Moreira Alves, no qual ele condenou uma invasão policial que aconteceria dias antes na Universidade de Brasília. Em um momento de sua fala, o deputado perguntou, pateticamente: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?” (Gaspari, 2002a: 316).

No discurso, o deputado também instou a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro, que era importante componente psicológico e intimidador, levando a população a temer eventuais consequências da passagem à ação (Alves, 1985: 129).

As palavras de Marcio Moreira Alves tocaram, portanto, num ponto sensível na estratégia geral no controle social do Estado. Além disso os oficiais de linha-dura, que já planejavam um segundo golpe de Estado, agora contra Costa e Silva, que objetivava governar com uma certa legitimidade, dentro da constituição promulgada em 1967, que lhes daria mais liberdade na defesa da segurança interna, acharam-no particularmente útil a seus propósitos.

Os oficiais agiram movidos por grande indignação contra o que consideravam ofensa à honra e dignidade da nação. Diante disso (os ministros militares à frente) não tardaram a requerer ao Supremo Tribunal Federal o julgamento do deputado Marcio Moreira Alves por ter ofendido a honra e a dignidade das Forças Armadas.

Depois de seguir os trâmites legais, o caso foi submetido a uma sessão conjunta das duas casas legislativas federais, que poderia culminar com a suspensão da imunidade parlamentar para todos os congressistas. Em agitada reunião, o resultado surpreendeu o Executivo: 216 contra a suspensão da imunidade parlamentar, e apenas 141 a favor. Esses números sugerem que muitos membros da Arena (partido do governo) se juntaram ao MDB, desrespeitando a regimento da fidelidade partidária, para defender um interesse comum. O episódio foi seguido de grande comoção, pois aparentemente era uma vitória,

de glória cívica. Mas os fatos evidenciaram outra verdade: foi um momento de derrota, pois disponibilizou os elementos para os membros do aparato repressivo aplicarem o seu plano (Alves, 1985: 130).

O AI-5 fechou o Congresso por tempo indefinido pela primeira vez, desde 1937; suspendeu todas as garantias constitucionais e individuais; restabeleceu as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Suspendeu também as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Em todo o país, o Exército procedeu manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes eram presos e exilados. Estava consumada a ditadura militar no Brasil. No rastro repressivo, mais 69 deputados foram cassados. No bojo das cassações não escapou nem o ex-governador Carlos Lacerda,<sup>35</sup> um dos articuladores do golpe, que, quatro anos antes agradecera a Deus a chegada dos tanques, e que, aliás, já conspirava contra o regime. Mas, segundo Gaspari (2002a: 340),

A pior das marcas constitucionais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no artigo 10: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional”. Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O *habeas corpus* é um princípio do direito, pelo qual desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado.

O Ato Institucional nº 5 marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de segurança nacional. Segundo Alves (1985), o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo ocorrera em 1964, concentrara-se no expurgo de pessoas ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de Goulart. A repressão física direta limitara-se a trabalhadores e camponeses, numa estratégia de eliminar a resistência daqueles setores da população.

O segundo ciclo (1965/1966), após a promulgação do AI-2, objetivara concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais. O terceiro ciclo caracterizou-se por amplas perseguições em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes.

Estava armado o cenário para os crimes da ditadura. Com o Congresso fechado, a imprensa amordaçada e a classe média imobilizada, o regime intensificou a sua ação política. A partir do AI-5, o governo Costa e Silva expulso das universidades 66

<sup>35</sup> O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda e o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que tiveram participação direta no golpe de 64, começaram aos poucos a se distanciar dos militares. Em 1965, já criticavam abertamente o regime. Juntos, buscaram aliados como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart (este exilado no Uruguai) para a formação da Frente Ampla, para discutir metas comuns de oposição. A Frente pedia a redemocratização do país e a revogação de toda a legislação de controle (Alves, 1987: 126).

professores, entre eles Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo Florestan Fernandes, a historiadora Maria Yeda Linhares. As prisões atingiram também o meio artístico: a atriz Marília Pêra, que fazia, naquele momento, a peça *Roda-viva*, foi trancada num mictório de quartel. Caetano Veloso e Gilberto Gil, capturados por patrulha do Exército em São Paulo, vagaram por unidades militares do Rio, tiveram a cabeça raspada, foram confinados em Salvador e exilados em Londres (Gaspari, 2002b: 342).

Com essas ações, os militares objetivavam, por um lado, a construção da ordem ditatorial, e, por outro, destruir a esquerda. Esta, por sua vez, avaliou o Ato dentro da “melhor tradição do quanto-pior-melhor, associada à idéia do quanto-mais-fortemais-fraco. A extrema esquerda não via o AI-5 como expressão de força, mas ao contrário, como debilidade da ditadura, pois: “Ele aprofunda as contradições internas e amplia consideravelmente a área de oposição à ditadura, acrescentava o PCBR” (Gaspari, 2002b: 345).

Nessa perspectiva, a fase das lutas das massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas (Gorender, 1987: 153). Em face de tão ampla e intensa onda repressiva, os setores da oposição não viram outra saída a não ser resistir, partindo para a luta armada. A dialética de violência entre organizações armadas e as forças de repressão do Estado continuou a progredir, entre 1969 e 1973. As organizações revolucionárias concentravam-se em ações espetaculares, que exigiam pouca coordenação entre os grupos ideologicamente fragmentados e incapazes de se unir, para iniciativas coerentes. A luta de guerrilha começou a se caracterizar, sobretudo, pelo seqüestro de diplomatas estrangeiros, com a finalidade de trocá-los por presos políticos pertencentes às organizações clandestinas. Eram ações defensivas e não ofensivas (Alves, 1985:160).

A estratégia de rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição após os abusos cometidos pelo governo com a edição do AI-5. Foi efetivamente em 1969 que tomou corpo a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país.

No final de agosto de 1969, com o Congresso ainda fechado, o Brasil ficou também sem o seu mandatário no poder executivo. O general Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral. Pela constituição de 1967, seu sucessor deveria ser o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil com fama de “liberal” (Chiavenato, 1998: 77).

Mas Pedro Aleixo foi impedido, pois se opusera abertamente ao AI-5, não servindo, portanto, ao propósito da linha-dura. Instaurou-se um novo golpe que levou ao poder novamente uma junta, constituída pelos três ministros militares: Lira Tavares, da Guerra; Augusto Rademaker, da Marinha; e Marcio de Souza e Mello, da Aeronáutica, que apertou ainda mais o cerco.

Nesse novo clima golpista armado com o afastamento do vice-presidente, a Junta Militar foi pega de surpresa no dia 4 de setembro, em plena semana da pátria: um comando revolucionário seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke

Elbrick.<sup>36</sup> No mesmo dia, os seqüestradores se comunicaram com o governo, exigindo a libertação de quinze prisioneiros políticos, com transferência segura para o exterior e difusão de um manifesto em cadeias de rádio e televisão para todo o país, como resgate do embaixador.

No dia seguinte ao seqüestro, os serviços de inteligência já sabiam onde se localizava o cativo de Elbrick: era um casarão de número 1.026 da rua Barão de Petrópolis, no Rio Cumprido. Os serviços de informação da Marinha e do Exército receberam a pista de uma vizinha, que estranhara o movimento na casa (Gaspari, 2002b: 91).

Chegou-se a esboçar um plano para estourar o cativo, mas, diante das pressões do governo norte-americano, no sentido de manter a integridade física do embaixador, os militares cederam e atenderam às exigências dos seqüestradores.<sup>37</sup> Os prisioneiros políticos viajaram a 6 de setembro e, no dia seguinte, domingo, o embaixador recuperou a liberdade.

O seqüestro de Elbrick foi a mais espetacular das ações praticadas pela luta armada brasileira. Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu como pela humilhação imposta aos chefes militares. A vitória dos seqüestradores é um divisor de águas na história do surto terrorista brasileiro. De um lado, marca o seu ápice. De outro, revela na sua própria finalidade os ingredientes do desgaste que o corroía (Gaspari, 2002b: 97).

Pois para combater essa onda de terror generalizado no país, àquela altura, o governo criou uma legislação que proporcionava as penas de morte e o banimento. A constituição ganhou um “remendo”, segundo o qual o presidente poderia aplicar a Lei de Segurança Nacional (Chiavenato, 1998: 77).

Enquanto isso chegavam péssimas notícias acerca do estado de saúde do presidente. O chefe do Estado Maior do Exército, Antonio Carlos Muricy, defendia a escolha de um novo vice-presidente e propunha a reabertura do Congresso para sacramentá-lo. Depois de diversos arranjos e negociações, definiu-se o nome. O escolhido foi Emílio Garrastazu Médici, que inaugurou o período mais crítico da repressão, o que mais usufruiu o AI-5. Foi o presidente do “milagre econômico”. Seu governo marcou o auge do regime e também o início do seu declínio.

Nessa fase, também se enfraqueceram as organizações guerrilheiras, em virtude, sobretudo, da eliminação de praticamente todos os líderes das organizações de esquerda, com destaque para Marighella, que caiu ainda em 1969, numa emboscada armada pelo temido delegado Sergio Paranhos Fleury em São Paulo (Gorender, 1987: 175).

<sup>36</sup> O comando revolucionário era composto pela Dissidência Universitária da Guanabara, a quem coube o comando da ação, em parceria com a ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, que entraria com o apoio logístico.

<sup>37</sup> O grupo tático que ficou incumbido de interceptar e raptar o embaixador era composto por Virgílio Gomes da Silva, Cláudio Torres da Silva, Franklin de Sousa Martins, Manoel Cyrillo de Oliveira, Cid Queirós Benjamin, João Lopes Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Paulo de Tarso Vasconcelos, Sergio Rubens de Araújo Torres e José Sebastião Rios de Moura (Gorender, 1987: 168).

A forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura para obter informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes dos grupos de guerrilha. Assim ocorreu com os seqüestradores do embaixador norte-americano. Praticamente todos os componentes do grupo foram presos e muitos morreram. O último desses seqüestros foi do embaixador da Suíça, em dezembro de 1970. Este encontrou, dessa vez, grande resistência do Estado de Segurança Nacional, não mais disposto a fazer concessões. Depois de três meses de difíceis negociações, porém, o embaixador foi trocado por setenta presos políticos, que embarcaram para o Chile. Foi a última tentativa de seqüestro de um diplomata no Brasil. (Alves, 1985: 160).

Segundo Alves (1985), o contingente que compunha o apoio das organizações de guerrilha não passava de seis mil pessoas, para um universo populacional de cerca de cem milhões de habitantes do Brasil, na época. Mesmo assim, a justificativa do Estado de Segurança Nacional para a utilização de tamanha violência contra esses movimentos era de que o Brasil estava em meio a uma verdadeira “guerra civil”, apesar de as organizações de guerrilha compreenderem um pequeno número de pessoas, se comparado à população brasileira (Alves, 1985: 160).

A campanha de repressão que atingiu sua fase áurea no governo Médici consistia não só na institucionalização da tortura como na técnica de interrogatório e controle político, no desenvolvimento de programas de pacificação e *blitzen* e na implantação de uma vasta rede policial para levar a cabo os programas do aparelho repressivo. As operações de busca e detenção em larga escala tornaram-se uma rotina, principalmente, entre os anos de 1969 e 1974. Tais operações eram freqüentes, resultando em detenções em massa, espancamentos e intimidação. Montavam-se essas operações e as pessoas sem documentação adequada eram consideradas suspeitas e freqüentemente eram detidas.

Campanhas de terror também eram realizadas no campo. A operação que tinha como objetivo capturar Carlos Lamarca e seu grupo de nove guerrilheiros na região da Vale da Ribeira, em São Paulo, contou com um efetivo militar de cerca de dez mil soldados, que sitiaram a área. Camponeses considerados suspeitos de simpatizarem com o movimento eram detidos sumariamente.

Episódio igualmente sério, porém de maior magnitude, foi o que ocorreu na região do Araguaia, sul do Pará, entre 1972 e 1975. O PC do B, em 1970, começou a montar um foco guerrilheiro rural na região. A organização clandestina instalou naquela região famílias e casais que começaram a cultivar e a fornecer assistência técnica aos camponeses locais. O efetivo militar da guerrilha nunca chegou a reunir mais de 69 pessoas. Objetivando conquistar a confiança dos camponeses, prestavam-lhes uma série de auxílios, ajudaram-nos a construir uma escola, davam-lhes assistência médica e aulas de agronomia (Alves, 1985: 163).

O Serviço Nacional de Informações descobriu o foco em 1972. Imediatamente o Exército iniciou grande operação com o intuito de desintegrar a guerrilha. Entre 1972

e 1975, foram realizadas três campanhas, que envolveram cerca de vinte mil homens.<sup>38</sup> Para começar, toda a região foi declarada zona prioritária para a Segurança Nacional. Os militares instalaram quartéis-generais nas principais cidades da região, construindo um aeroporto e um heliporto ao lado de cada uma delas. Abriam estradas para facilitar a movimentação das tropas. Cartões de identificação foram distribuídos para a população e quem não os detivesse era preso e enviado aos quartéis, que também funcionavam como campos de prisioneiros (Alves, 1985: 164). Cercados, colocados na defensiva, sem qualquer possibilidade de reposição de baixas (ao contrário do inimigo), os guerrilheiros foram sendo dizimados (Gorender, 1987: 210).

A censura prévia impedia que a imprensa publicasse relatos sobre as manobras militares. O episódio ficou praticamente desconhecido até 1979, quando alguns jornalistas puderam publicar documentos e entrevistas reunidos nos anos anteriores. Informações sobre a guerrilha do Araguaia ainda são consideradas segredos de Estado. As Forças Armadas recusam-se a fornecer informações ou uma explicação oficial para o episódio. E o paradeiro dos cerca de 69 guerrilheiros ainda continua desconhecido (Alves, 1985: 165).

Um dos maiores responsáveis pela ocultação dessas atrocidades era o “mito” do “milagre econômico”. Havia censura nos jornais e na televisão, políticos calados e cassados, uma explosão consumista oferecida à classe alta e uma intensa propaganda realizada pelo governo, que se aproveitou, inclusive da conquista, em 1970, do tricampeonato de futebol, no México. Nesse contexto, Emilio Garrastazu Médici, apresentou ao povo e ao mundo a futura grande potência que estava emergindo, que caminhava a passos largos para o desenvolvimento.

Em menos de cinco anos o “milagre” mostrava sua verdadeira face em vista das sérias dificuldades que começava a enfrentar. Embora permanecessem altos índices de crescimento econômico, estagnara em modestos 3,5% de crescimento, o setor agrícola. O problema criado pela crescente dívida externa, que em 1973, já chegava a doze bilhões de dólares,<sup>39</sup> número altíssimo para a época, indicava um ponto de estrangulamento do modelo de desenvolvimento econômico. O problema se agravou ainda mais com a primeira crise internacional do petróleo, que culminou com o aumento significativo dos índices de inflação. Os custos sociais desse modelo econômico dependente atingiram índices alarmantes.

Estudo realizado pelo IBGE mostra que 43,3% da população ganhavam menos que o equivalente a um salário mínimo, e 29% ganhavam entre um e dois salários mínimos (Alves, 1985: 177).

Segundo o pediatra Yvon Rodrigues, citado por Chiavenato (1998: 92), “Em 1974 um órgão do governo gastou 20 milhões de dólares para investigar o que comiam os

<sup>38</sup> Tropa semelhante à utilizada pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na luta contra o fascismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (general Vianna Moog, um dos comandantes. Citado por Alves, 1985: 164).

<sup>39</sup> Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1987, pág. 177.

brasileiros. Foram entrevistadas 55 mil famílias, e o resultado foi tão aterrador que se proibiu a divulgação dos resultados. Havia famílias que comiam ratos, crianças que disputavam fezes (...)” (Chiavenato, 1998: 92).

Esse era o quadro que estava por trás do “milagre brasileiro”. Paralelamente aos altíssimos índices de crescimento (em 1973, o PIB aumentou 11,4%), treze milhões de crianças e 28 milhões de adultos passavam fome; 40% das residências não tinham sequer vaso sanitário; 38,5% da população encontravam-se abaixo da linha da pobreza; 69% dos óbitos infantis eram decorrência da desnutrição (Chiavenato, 1998: 93).

O “milagre econômico”, portanto, ocultava o real. Por um lado, ocasionou altos índices de crescimento da economia nacional, beneficiou multinacionais, por intermédio da liberdade de remessa de lucros, além da permissão para a compra de terras com o dinheiro que não conseguiam enviar para as suas matrizes. Por outro, concentrou renda nas mãos de poucos como nunca, contribuiu significativamente para o aumento das disparidades sociais, dos índices de pobreza e analfabetismo, da fome, da miséria, da redução dos salários.

Nessa altura, os protestos da classe trabalhadora poderiam ser abafados com certa facilidade. Entretanto, a partir de 1973, os setores médios começavam a inquietar-se com os primeiros indícios de sérios problemas econômicos. A opção pela ênfase da função legitimadora do crescimento econômico trazia o perigo da perda de apoio em períodos de dificuldades na economia (Alves, 1985: 187).

O modelo econômico e os seus custos sociais passaram a ser criticados mais abertamente por setores que até muito pouco tempo guardavam um total silêncio, pois ainda não haviam sido atingidos. Isso contribuiu para aumentar as pressões por reformas nos diversos setores da sociedade.

### **Ernesto Geisel e a lenta redemocratização.**

Em março de 1974, inicia-se o governo do general Ernesto Geisel, cuja ascensão marcou o retorno do grupo castelista ao poder, apesar de o ex-presidente Castelo Branco já ter falecido em 1967, num misterioso acidente aéreo. O principal objetivo do novo governo era promover o processo de redemocratização do país, uma abertura lenta, gradual e segura, sem grandes fissuras. Nessa tarefa, seria auxiliado pelo general Golbery do Couto e Silva. Portanto, dois dos mais importantes e destacados construtores do regime militar, agora estavam encarregados de desmontá-lo, sem grandes rupturas.

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do “milagre econômico”, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimação, estreitamente vinculada a instituições corporativas, flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico.

A teoria da “distensão” pretendia assegurar o afrouxamento da tenção sociopolítica. Objetivava-se permitir uma participação política um pouco maior, sem, no entanto, perder o controle da situação, com o objetivo de cooptar setores da oposição. Nessa perspectiva, a ação do Estado, principalmente nos primeiros anos do governo Geisel, destinava-se a dismantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção “legal” que passaram a existir, principalmente após o AI-5.

Além disso, uma especial atenção seria dada ao sistema eleitoral, a fim de se obter mais flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e, ainda assim, garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo (Alves, 1987; 185).

O grupo governante esperava poder contar com uma continuidade no poder mesmo após o fim do regime autoritário, através do fortalecimento do partido da “revolução”, a Arena (Motta, 1999: 123).

Entretanto, a partir de 1974, a maré virou. À medida que o povo identificou no MDB um canal contra a ditadura, passou a votar nos seus candidatos, de tal sorte que o pleito de 1974 foi o grande divisor de águas na história do bipartidarismo brasileiro. Assim, a eleição de 1974 trouxe resultados surpreendentes até para a própria oposição.

O MDB quase duplicou sua bancada na Câmara dos Deputados, a qual passou a ter pela primeira vez uma distribuição de poder próxima a um autêntico sistema bipartidário. Nas eleições para o Senado Federal, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela Arena. O processo eleitoral adquiriu um caráter plebiscitário, que marcaria os anos restantes do bipartidarismo. Os votos em oposição ao regime passaram a se dirigir ao partido originalmente destinado a uma função meramente figurativa<sup>40</sup> (Schmitt, 2000: 45).

O mais significativo é que os resultados de 1974 não foram mero acidente; provocaram uma tendência de crescimento contínuo do apoio popular ao MDB, refletido nas disputas eleitorais dos anos seguintes (Motta, 1999: 122).

Esse crescimento da oposição trouxe implicações importantes para a dinâmica política do país, contribuindo sobremaneira para o processo de redemocratização, circunstanciada à abertura política iniciada pelo governo Geisel, e realizada como processo lento e gradual.

O ciclo político que vai do golpe de 1964 à posse de José Sarney na presidência da República, em 1985, foi um período de sucessivas operações de engenharia política visando à legitimação e a permanência no poder do regime autoritário e de seus partidários. E isso ocorreu principalmente na gestão Geisel. Em nenhum outro momento da história assistiram-se a tantas alterações casuísticas nas regras eleitorais e partidárias (Schmitt, 2000: 31).

O primeiro desses casuísmos foi a famosa Lei Falcão (Lei nº 60339, de 1.7.76), uma referência ao então ministro da justiça Armando Falcão, que a subscreveu. Enquanto o

<sup>40</sup> Desde a cassação dos partidos políticos, ainda no governo Castelo Branco, interessava ao poder a existência de um partido opositor, para ajudar a manter uma aparência opositora. Dizer que o MDB possuía uma posição meramente figurativa deve-se a essa sua iminente artificialidade.

MDB tratava de assumir seu novo papel de partido de oposição “real”, a comunidade de informações do governo analisava os resultados das eleições. A agência central do SNI produziu detalhado estudo com mapas eleitorais, informações de estado por estado, número de votos a cada membro do MDB e da Arena, esquema de comportamento dos eleitores e pesquisas de opinião pública. Reuniram-se dossiês sobre todos os candidatos do MDB e sobre as eleições. Essas pesquisas destinavam-se a orientar os candidatos da Arena a desenvolver novos mecanismos de controle político.

Os estudos demonstravam que o acesso ao rádio e à televisão contribuiu consideravelmente para as vitórias do MDB, em 1974. E concluíam que se não fossem promovidas mudanças, a oposição conquistaria muitas cadeiras nas eleições vindouras. Isso colocaria em perigo todo o sistema de eleições indiretas para os cargos executivos (Alves, 1985: 190).

A primeira providência tomada foi a criação de uma legislação que impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, o que ficou consignado na Lei Falcão. Ela determinava que, durante as campanhas para eleições municipais, os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, o nome do candidato, o número e o currículo, com a fotografia, no caso do vídeo, impedindo, dessa forma, que as críticas da oposição às políticas governamentais exercessem influência no eleitorado. Proibiu-se também aos candidatos afixar outros tipos de material de propaganda em lugares públicos. Desse modo, as eleições de 1976 reduziram-se a virtual silêncio, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso: o debate e a argumentação.

Pesquisas realizadas pelo SNI após as eleições de 1976 demonstraram que o MDB era particularmente forte nas áreas urbanas concentradas basicamente no centro e no centro-sul do país. A partir dessa percepção, instituiu-se o segundo casuísmo, que veio através do “Pacote de Abril” (Emenda Constitucional nº 8, de 14/4/1977), que instituiu a bizarra figura do senador biônico, para as eleições de 1978.

Além disso, o Pacote de Abril aumentou a proporcionalidade de representação na Câmara dos Deputados dos estados do Norte e Nordeste, onde a Arena tinha um melhor desempenho (Schmitt, 2000: 46).

O governo Geisel caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito.

Por outro lado, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a linha-dura e com Doutrina de Segurança Nacional. Conseqüentemente o período foi de profunda incerteza, permitindo-se atividades hoje para desencadear amanhã o aparato repressivo em operações maciças em busca de detenção (Alves, 1987: 204).

Nesse contexto, ocorreu um dos casos que mais marcaram negativamente os “anos de chumbo”.

Em setembro de 1975, as forças de segurança de São Paulo, comandadas pelo coronel Erasmo Dias, desencadearam uma operação militar denominada “Operação Jacarta”. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi uma das vítimas dessas manobras militares de repressão. No dia 24 de outubro, Herzog foi intimado a depor na sede do DOI-Codi, onde morreu na tarde do mesmo dia. Segundo a versão oficial, cometera suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Seu corpo foi enviado à viúva em caixão lacrado, sem maiores explicações. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão. O sepultamento foi feito sob guarda militar.

Comovida e indignada, a viúva, assistida pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, contestou a versão de suicídio e entrou com uma ação contra o governo federal, responsabilizando-o pela morte do marido. O caso ganhou o apoio de jornalistas de todo o país.

A imprensa e movimentos defensores dos direitos humanos, desenvolveram várias investigações paralelas, demonstrando que, na realidade, Wladimir fora assassinado, após ser cruelmente torturado na sede do DOI-Codi do Segundo Exército.

Assim como o caso de Wladimir Herzog, outros casos de torturas e mortes merecem destaque, pela crueldade do regime militar. Dentre eles, podemos destacar os casos do operário Manoel Fiel Filho, também de São Paulo, e do tenente José Ferreira de Almeida, ambos tidos, pela versão oficial, como suicidas. Nos três casos, provou-se posteriormente a farsa – nenhum cometeu suicídio, todos foram mortos sob tortura (Chiavenato, 1998: 127).<sup>41</sup>

Caso igualmente trágico, foi o do Frei Tito, que fazia parte da AP (Ação Popular), facção da Igreja Católica que enfrentou a ditadura. Tito foi torturado cruelmente pelo delegado Fleury e equipe. Depois de resistir à destruição do corpo, Frei Tito foi submetido também à tortura psicológica. Uma pequena frase do seu depoimento, em *Memórias do exílio*, revela o seu desespero: “Só havia uma solução: matar-me”. Livre das perseguições, convalescendo na França, Frei Tito não suportou a lembrança das torturas e suicidou-se, em 1974, aos 29 anos (Chiavenato, 1998: 129).

## A sociedade vence o arbítrio

O general João Batista Figueiredo deu continuidade à política de “distensão” iniciada em 1974 por Ernesto Geisel. Durante o seu governo, o presidente Figueiredo ampliou a liberalização. Entretanto, permaneceu obediente aos parâmetros da “democracia forte” e ao caminho traçado por Geisel: uma abertura lenta e gradual.

O processo de “distensão” e “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do governo, destacando-se o general Golbery do Couto e Silva e o então ministro da Justiça Petrônio

<sup>41</sup> No projeto *Brasil: nunca mais* constam alguns depoimentos de pessoas que estavam presas no momento do interrogatório de Wladimir Herzog. Elas afirmam que o mesmo foi torturado e morto pelas forças policiais paulistas.

Portela. Seria aberto um espaço político para alguns setores da oposição, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior apoio e estabilidade. Por outro lado, os parâmetros da “democracia forte” eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determinasse qual oposição é aceitável e qual, intolerável.

Grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática. Outros setores, que não eram considerados suficientemente organizados para configurar ameaça à ordem, poderiam reorganizar-se e participar das decisões governamentais. Era esta a política de “mão estendida” do general Figueiredo.

Nesse sentido, setores organizados de oposição, como a CNBB, a OAB e outros, desempenharam papel fundamental em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Esses setores organizados ampliaram o espaço político, enfrentando o regime a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. No nível da política formal, estavam entre suas exigências o desmantelamento do aparato repressivo, a elaboração de uma nova constituição e a mudança de modelo econômico.

Esse período é marcado também pela ampliação dos movimentos populares, configurado na aliança entre as comunidades eclesiais de base, ligadas à Igreja, os grupos associativos e o novo movimento sindical, tanto no meio rural como nas áreas urbanas.

A política de liberalização prosseguiu, com a tomada de importantes deliberações pelo Congresso Nacional, que aprovou a revogação do AI-5, em agosto, e a Emenda Constitucional nº 11, em outubro, ambas em 1978. Essas decisões, depois de sancionadas pelo presidente Geisel, entraram em vigor, respectivamente, em 31 de dezembro de 1978 e 1º de janeiro de 1979, compondo, portanto, decisões articuladas que suprimiam dos generais o arbítrio. Entre outras decisões, a Emenda Constitucional vedava ao presidente da República o direito de cassar mandatos, extinguiu a pena de morte, restabelecia o *habeas corpus* e abria caminho para o pluripartidarismo. Os passos seguintes, ainda em 1979, foram a Lei de Anistia, sancionada em agosto, e a reforma partidária, aprovada pelo Congresso em novembro daquele ano. Essa reforma partidária fazia parte da estratégia palaciana de fragmentar a oposição centrada no MDB e manter unificados os governistas da Arena numa nova legenda partidária que lhe sucederia.

Ainda sob o comando do grupo palaciano o longo processo de abertura lenta e gradual viabilizou a realização, em novembro de 1982, das primeiras eleições gerais, exceto para prefeitos de capitais e outros municípios ainda considerados zonas de segurança nacional, onde as eleições permaneceriam indiretas. Essas eleições, entretanto, foram monitoradas, no sentido de assegurar ao regime militar o controle do Senado, para o que se recorreu ao Pacote de Abril, sendo nomeados os senadores biônicos, assegurando-se-lhes a maioria dos votos parlamentares, bem como vislumbrando a maioria no colégio eleitoral, na perspectiva do pleito sucessório para a presidência da República, que se daria em 1984.

A reformulação do sistema partidário levou quase um semestre para ser completada. Entre janeiro e maio de 1980, seis novos partidos políticos foram organizados no Congresso e posteriormente registrados no TSE. Cinco deles estão em pleno funcionamento até os dias atuais, o sexto teve vida curta e não chegou nem a disputar eleição.

Nesse contexto surgiu o PDS (Partido Democrático Social), que foi o sucessor da extinta Arena, composto pela maioria dos governistas. Surgiu também a o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que sucedeu o extinto MDB pela simples justaposição da palavra *partido* à antiga sigla, seguindo a nova legislação eleitoral que determinava que todos os novos partidos fossem assim denominados. Pretendiam manter a oposição com uma certa unidade, pois acreditavam que essa era a melhor maneira de fazer frente ao governo militar. Essas duas legendas constituíram o núcleo do novo multipartidarismo brasileiro, até 1985 (Motta, 1999: 128).

Organizou-se também o PP (Partido Popular), uma agremiação que reunia dissidentes da Arena e moderados do MDB, e teve como líderes Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Esta organização partidária não prosperou e sequer chegou a disputar uma eleição.

Outra agremiação surgida foi o PT (Partido dos Trabalhadores), única legenda cujas lideranças mais expressivas não se encontravam na classe política tradicional. Foi uma das raras agremiações surgidas de baixo para cima, isto é, fora das instituições parlamentares (Schmitt, 2000: 49).

A memória do antigo trabalhismo varguista foi reivindicada por dois grupos, que se envolveram numa disputa no TSE pelo uso da tradicional legenda PTB. A legenda coube ao grupo moderado do velho partido, liderado por Ivete Vargas. O grupo reformista, capitaneado por Leonel Brizola, acabou fundando o PDT (Partido Democrático Trabalhista). O resultado dessa disputa, é óbvio, agradou enormemente aos militares.

O processo de abertura lenta e gradual não teve seu percurso marcado pela tranquilidade. A linha-dura insistia em não perder nem os anéis e nem os dedos, inclusive porque pretendia eleger mais um general para suceder ao presidente Figueiredo.

Setores militares de linha-dura e seus agentes, contrários à liberalização, são responsabilizados por promoverem uma série de atividades como atentados terroristas, já registrados desde meados da década de 70. Em 1976, dez atentados a bomba chocaram o país. Uma organização clandestina de direita, representativa da linha-dura, a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), assumiu a autoria de todos eles.

Mas o principal dos atentados foi o de 30 de abril de 1981, no Centro de Convenções do Riocentro, quando duas bombas foram detonadas: a primeira, aparentemente por acidente, explodiu no colo de um sargento, no interior de um carro, ocupado também por um capitão, ambos do Exército; a segunda bomba explodiu pouco depois na casa de força do Centro de Convenções, para cortar a energia do auditório do Riocentro, onde cerca de vinte mil pessoas assistiam a um show de música promovido por defensores da liberdade e da redemocratização. Apurou-se depois que o sargento e o capitão lá estavam por ordem direta do comando do Primeiro Exército, a serviço do DOI-Codi do Rio de Janeiro.

Esses atentados desnudaram o envolvimento do aparato repressivo institucional em atentados terroristas, razão por que se denomina de terrorismo de Estado. A linha-dura demonstrava que havia divisão entre os membros das Forças Armadas. Distinguiam-se aqueles diretamente ligados à repressão, contrários ao processo de redemocratização, temerosos por possíveis aberturas de processos e julgamentos por atos cometidos em outros momentos, e os que se preocupavam com a má imagem para a memória das Forças Armadas enquanto instituição.

Essa divergência refletiu-se nas investigações do caso, que tiveram sua conclusão contestada pela imprensa e pela opinião pública. Isso culminou com uma profunda crise no governo e levou à renúncia do general Golbery do Couto e Silva, que, em uma declaração pública, dizia não poder permanecer em um governo incapaz de controlar as forças paralelas do aparato repressivo.

Mas a sociedade civil não se intimidava. Prosseguia pressionando o regime militar, já subtraído de poderes exóticos. Assim, em janeiro de 1984, os partidos de oposição, juntamente com as entidades representativas da sociedade civil, passaram a se movimentar em prol das eleições diretas para presidente da República, rompendo com a passividade de outros períodos eleitorais, quando vigoraram as regras do jogo impostas pelo regime militar.

O país foi varrido por passeatas e comícios, com enorme apoio popular, em que se pediam eleições diretas para presidente da República, almejando encerrar definitivamente a ditadura militar. O movimento colocou em xeque o processo sucessório do presidente Figueiredo, mas, apesar da extraordinária mobilização em prol das eleições diretas, a emenda constitucional para esse fim não foi aprovada pelo Congresso, gerando frustração em todo país.

A próxima luta para as oposições foi participar com candidato próprio no colégio eleitoral que escolheria o novo presidente, em eleições ainda indiretas. Esse episódio se encerra com a eleição de Tancredo Neves, uma certa ironia da história, pois foi Tancredo Neves um dos defensores do parlamentarismo, em 1961, recurso que serviu para dar sobrevida à crise política de então, tanto subtraindo prerrogativas de poderes do presidente da República quanto esvaziando a vitória dos defensores da Constituição e da legalidade.

O colégio eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, elegeu Tancredo Neves e José Sarney, dois civis que interromperiam o longo ciclo de sucessão de generais do Exército na República brasileira, um longo ciclo de ditadura militar que institucionalizou a corrupção apoiada pelo arbítrio e intocabilidade de autoridades militares, que institucionalizou, de fato, a tortura, não só como recurso investigatório mas, principalmente, como instrumento político de intimidação e cerceamento da liberdade de expressão.

A ditadura envileceu a nação e feriu o caráter brasileiro. Alienou as novas gerações, tornando-as incapazes de entender a sociedade em que vivem (Chiavenato, 1998: 5).

Defender a ditadura militar é ignorar as atrocidades cometidas pelo Estado com milhares de pessoas que, na maioria dos casos, tinham apenas o objetivo de reivindicar melhorias para a coletividade.

Milhares de pessoas foram mortas, presas, desaparecidas ou passaram por diversos tipos de humilhações, extremamente degradantes, por defenderem uma causa. Guardar essas memórias torna-se, portanto, fundamental, para que as gerações presentes e futuras, que não viveram os “anos de chumbo”, conheçam a história do período, para que busquemos novas formas de sociabilidade. Não sabemos para onde estamos indo, só sabemos que a história que nos trouxe até este ponto. Contudo, uma coisa é clara: se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o futuro nessa base, iremos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança na sociedade, diz Hobsbawm (2004: 562), é a escuridão.

